



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA
CONTÁBIL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP
ABRIL, 2021



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA
CONTÁBIL

MÓDULO AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

AUDITORIA CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR MONTANHEIRO

PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR
MONTANHEIRO

ESTUDANTES:

Dayane Alves de Oliveira 18000926

Maria Eduarda Salla de Lima 18000702

Matheus Henrique Tonietti Luiz 18000067

Michele Cristina Souza Achcar Colla de Oliveira
18001459

Rosimar Santos Junqueira 18001039

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

ABRIL, 2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROJETO INTEGRADO	4
2.1 AUDITORIA CONTÁBIL	4
2.1.1 RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE	4
2.1.2 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS D.C.	9
2.1.3 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS D.C.	14
2.2 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL	16
2.2.1 ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL	16
2.2.2 MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL	18
REFERÊNCIAS	28
ANEXOS	30

1. INTRODUÇÃO

O presente Projeto Integrado (PI) a partir da análise das estruturas dos relatórios utilizados pela auditoria contábil e pela perícia contábil objetiva integrar os conhecimentos teóricos (técnicos) com os aspectos práticos, permitindo que o grupo desenvolva as competências profissionais e atitudinais propostas, bem como realize as conexões da atuação dos profissional da contabilidade.

Diante das orientações para planejamento, desenvolvimento e conclusão do Projeto Integrado, considerando as competências atitudinais propostas, quais sejam, comunicação e trabalho em equipe, ressalta-se que as atividades entre o grupo, bem como as trocas de experiências realizaram-se em ambiente virtual.

O item 2.1 é dedicado à auditoria contábil e a estruturação dos relatórios, a adequação às normas em vigor com a análise de um caso real do Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ânima Holding S.A.

No item 2.2, conceitua-se e são analisadas a perícia contábil e a arbitragem, bem como a estruturação do laudo pericial contábil e as estratégias de mediação, conciliação e arbitragem contábeis.

2. PROJETO INTEGRADO

2.1 AUDITORIA CONTÁBIL

Nessa parte do PI, a equipe precisa realizar uma análise sobre a estrutura do relatório da auditoria independente, assim como abordar o processo de conclusão dos seus trabalhos.

2.1.1 RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O auditor tem como objetivo a formação de opinião sobre as demonstrações contábeis com base nas conclusões alcançadas pela evidência de auditoria e relatar essa opinião por meio de relatório escrito. Opinião não modificada é a opinião relatada pelo auditor quando ele conclui que as demonstrações contábeis são produzidas, nos aspectos relevantes de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Neste relatório, caso as demonstrações não atingirem uma apresentação satisfatória o auditor deve entrar em contato com a administração para discutir o assunto e dependendo dos requisitos da estrutura do relatório e de como o assunto foi resolvido, ele deve observar se será necessário a modificação no seu relatório. É importante se manter atento na apresentação das demonstrações contábeis, se ela for feita de forma inadequada pode acontecer a modificação da opinião do autor.

Em termos de estrutura do relatório do Auditor, devem adotar a seguinte estrutura, cujos itens serão aprofundados na sequência:

- a) Título;
- b) Destinatário
- c) Opinião do auditor;
- d) Base para opinião;
- e) Responsabilidades da Administração
- f) Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis;
- g) Nome do sócio ou responsável técnico;

- h) Assinatura do Auditor;
- i) Data do relatório.

O auditor deve mudar sua opinião caso não consiga evidências de auditoria suficientes e apropriadas para concluir as demonstrações contábeis ou se as demonstrações contábeis apresentem distorções relevantes.

Opinião modificada

Basicamente são 3 tipos de opiniões modificadas:

- Opinião com ressalva;
- Opinião adversa;
- Abstenção de opinião.

A decisão sobre qual tipo de opinião modificada é decidida apropriadamente dependendo de algumas situações:

a) Se as demonstrações contábeis apresentem distorção relevante é da natureza do assunto a origem da modificação;

b) Através do julgamento do auditor sobre a forma generalizada dos efeitos ou possíveis efeitos do assunto nas demonstrações contábeis.

O objetivo do auditor é expressar claramente uma opinião modificada através da conclusão com base nas evidências de auditoria, que as demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes ou não consiga obter evidências apropriadas e suficientes para concluir que as demonstrações contábeis como um todo não apresentam distorções relevantes.

Nesses casos, deve-se atentar para as seguintes palavras:

Opinião com ressalva = relevantes + não generalizada (com ou sem evidências);

Opinião adversa = relevante + generalizada (com evidência);

Abstenção de opinião = relevante + generalizada (sem evidência).

Opinião com ressalva

O auditor deve expressar uma opinião com ressalva quando não é possível obter evidências suficientes e apropriadas da auditoria para fundamentar sua opinião, mas concluindo que as distorções não detectadas se houver podem ser relevantes, mas não generalizadas. São relevantes mas não generalizadas nas demonstrações contábeis a obtenção de evidências de auditorias apropriadas e suficientes, tendo evidências sobre as distorções individualmente ou em conjunto.

Opinião adversa

O auditor deve expressar uma opinião adversa quando é obtido evidências de auditoria suficiente e apropriada, concluindo que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.

Abstenção de opinião

O auditor deve se abster de expressar uma opinião quando não consegue obter nenhuma evidência de auditoria suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião, ele conclui que as possíveis distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis, se houvesse, poderiam ser relevantes e generalizadas.

Em circunstâncias raras envolvendo diversas incertezas o auditor deve se abster de expressar sua opinião, concluindo que mesmo obtendo evidências apropriadas e suficientes sobre as incertezas, não será possível expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis.

Importância das Comunicações Adicionais

Tanto o parágrafo de ênfase quanto o parágrafo de outros assuntos tem como objetivo principal é chamar a atenção dos seu usuários para os assuntos divulgados e apresentados com clareza para o entendimento das demonstrações contábeis e para os assuntos que não são apresentados nas demonstrações contábeis porém que seja relevante para o entendimento da auditoria e do relatório do auditor.

Sendo assim os parágrafos de ênfase e parágrafo de outros assuntos são informações inseridas para facilitar o entendimento de seus usuários.

Tipos de comunicações adicionais:

Parágrafo de ênfase: De acordo com o auditor é fundamental nas demonstrações contábeis por ser referência a um assunto apresentado ou divulgado nas demonstrações é de tal importância para seu entendimento.

Parágrafo de outros assuntos: de acordo com o julgamentos do auditor é um parágrafo inserido no relatório sobre assuntos apresentados ou não divulgados nas demonstrações contábeis, é de tal importância para os usuários entenderem a auditoria e seu relatório.

Parágrafo de ênfase

Parágrafo de ênfase deve ser incluído desde que o resultado do assunto, não fosse exigido que o auditor mudasse de opinião, e que o assunto não tenha sido colocado como principal a ser divulgado no relatório do auditor. O parágrafo de ênfase deve ser colocado em uma seção separada do relatório com um título apropriado, deve haver uma referência clara sobre o assunto que o descreva de forma completa nas demonstrações contábeis e indicar que a opinião do auditor não se modifica através do assunto enfatizado.

São assuntos de classe secundária, porém são essenciais ao melhor entendimento das demonstrações contábeis pelos usuários, serve para chamar a atenção e não interferem na opinião do auditor e sua inclusão deve ser informada a administração e seus superiores.

O parágrafo de outros assuntos deve ser utilizado no relatório para explicar que não é possível renunciar ao trabalho, através da incapacidade de obter evidências de auditoria apropriada e suficiente de forma generalizada por conta da limitação imposta pela administração ao alcance da auditoria.

O conteúdo do parágrafo de outros assuntos mostra que não é necessário esse outro assunto ser divulgado nas demonstrações, portanto não se trata de circunstâncias que o auditor tenha outras responsabilidades além da sua segundo as normas de auditoria. Em relatórios do auditor que são específicos a certos usuários pode ser considerado necessário a utilização do parágrafo de outros assuntos declarando que esse relatório é destinado unicamente a esses usuários e não deve ser utilizado por outros.

2.1.2 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS D.C.

O Conselho Federal de Contabilidade sobre a Resolução nº 1.231 de 2009 aprovou a norma NBC TA 700 que apoia a formação de opinião dos auditores sobre as demonstrações contábeis gerais incluindo suas normas explicativas, bem como a emissão de relatórios, aplicável a partir de 01 de janeiro de 2010.



Número da resolução:	2009/001231
Descrição:	NBCTA700-Formação da Opinião e Emis do Relat.do Auditor inde
Data de Publicação no Diário Oficial da União:	04/12/2009
Resolução em vigor:	NAO
Resolução foi alterada:	SIM
Resolução foi revogada:	SIM
Ementa:	Aprova a NBC TA 700 - Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.
Esta Resolução foi revogada pela(s) seguinte(s) Resolução(ões):	
2016/NBCTA700 - Dá nova redação à NBC TA 700. - D.O.U de 04/07/2016	
Esta Resolução foi alterada pela(s) seguinte(s) Resolução(ões):	
2011/001329 - Altera a sigla, numeração de normas, interpretações e comuni - D.O.U de 22/03/2011	

Figura 1 - Norma NBC TA 700. (Fonte: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2009/001231)

Segundo o dicionário financeiro:

“As demonstrações contábeis são documentos que uma empresa elabora e divulga, com o objetivo de representar seu fluxo contábil e financeiro em certo período. A divulgação destes demonstrativos é obrigatória segundo a lei 6404/76 para empresas de sociedade por ações(...)”

O auditor deve observar se as demonstrações contábeis contêm todas as práticas contábeis da entidade e se seus títulos são apropriados ao relatório financeiro. Essas

demonstrações devem ser relevantes, comparáveis e compreensíveis para a administração. É de suma importância que o auditor avalie se as demonstrações contábeis inclui uma apresentação geral e adequada, se tem uma estrutura e conteúdo, e inclui notas explicativas que representam as transações e eventos menos evidentes.

Formas de opinião do relatório

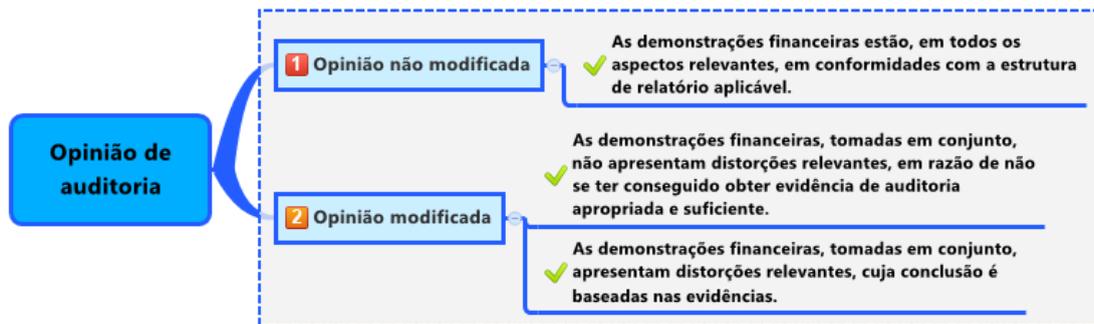


Figura 2 - Formas de opinião de auditoria(Fonte: <https://www.tecconcursos.com.br/blog/revisao-de-auditoria-para-sefaz-go-fcc-2018-parte-03/>)

Sobre as demonstrações contábeis, o auditor pode expressar sua opinião de forma modificada ou não modificada, sendo a NBC TA 705, DE 17 DE JUNHO DE 2016 se dispõe sobre modificações na opinião do auditor independente.

Onde se faz necessário uma modificação de opinião por parte do auditor se tratando de como o conteúdo desse relatório são afetados. O tipo de opinião modificada depende da natureza do assunto a ser modificado, se apresenta distorções relevantes, ou no caso de haver uma impossibilidade de se obter evidências sobre o assunto.

Dentro da forma de opinião modificada pode se citar três tipos:

Opinião com ressalva: quando não é possível obter evidências suficientes para fundamentar uma opinião e concluir o relatório com uma conclusão definida. “Ressalva é um tipo de nota ou observação escrita podendo tornar válida correções em documentos contendo geralmente expressões como, “exceto por”, exceto quando” ou “com exceção de”, nesse caso o auditor deve descrever as ressalvas identificadas no relatório.

A opinião adversa: quando se conclui que as evidências obtidas são apropriadas e suficientes, mas algumas informações isoladas ou em conjunto são relevantes ou incompletas para as demonstrações contábeis. Nesse caso o auditor deve descrever de forma clara e objetiva em um ou mais parágrafos intermediários os motivos e a natureza das divergências, bem como seus principais efeitos sobre sua posição no balanço patrimonial e o resultado do exercício do período.

Abstenção de Opinião significa se recusar a expressar uma opinião que não se tem evidências concretas suficientes para fundamentar uma opinião ou formar uma conclusão. O auditor deve recusar expressar sua opinião quando envolvem diversas incertezas, documentos insuficientes, entre outras situações.

RELATÓRIOS DE AUDITORIA		
Natureza do assunto que gerou a modificação	Julgamento do auditor sobre a disseminação de forma generalizada dos efeitos ou possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis	
	Relevante mas não generalizado	Relevante e generalizado
As demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes	Opinião com ressalva	Opinião adversa
Impossibilidade de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente	Opinião com ressalva	Abstenção de opinião

Figura 3 - Relatório de auditoria modificado

(Fonte:

<https://www.tecconcursos.com.br/blog/revisao-de-auditoria-para-sefaz-go-fcc-2018-parte-03/>)

A NBC TA 706, DE 17 DE JUNHO DE 2016 dispõe sobre parágrafos de ênfase e parágrafos de outros assuntos no relatório do auditor independente. Depois de o auditor formar sua opinião sobre as demonstrações contábeis inclui comunicações adicionais claras para chamar a atenção se fizer necessário, podendo conter o Parágrafo de ênfase que inclui no relatório um parágrafo referente ao assunto apropriado apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis fundamentais para o entendimento dos usuários. Segundo o Conselho Federal de Contabilidade:

“Quando o auditor incluir um parágrafo de ênfase no seu relatório, ele deve incluir o parágrafo em seção separada do relatório do auditor, com título apropriado que inclua o termo “Ênfase” e ou incluir no parágrafo uma referência clara ao assunto enfatizado e nota explicativa que descreva de forma completa o assunto, onde os parágrafos devem referir-se apenas a informações apresentadas ou divulgadas nas demonstrações contábeis e indicar que a opinião do auditor não se modifica no que diz respeito ao assunto enfatizado”.

O parágrafo de outros assuntos inclui um parágrafo no relatório do auditor que se refere a um assunto que não foi apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que julga relevante. Segundo Conselho Federal de Contabilidade: “O parágrafo de outros assuntos, quando incluído pelo auditor, deve ficar em seção separada do relatório com o título “Outros assuntos” ou outro título apropriado”.

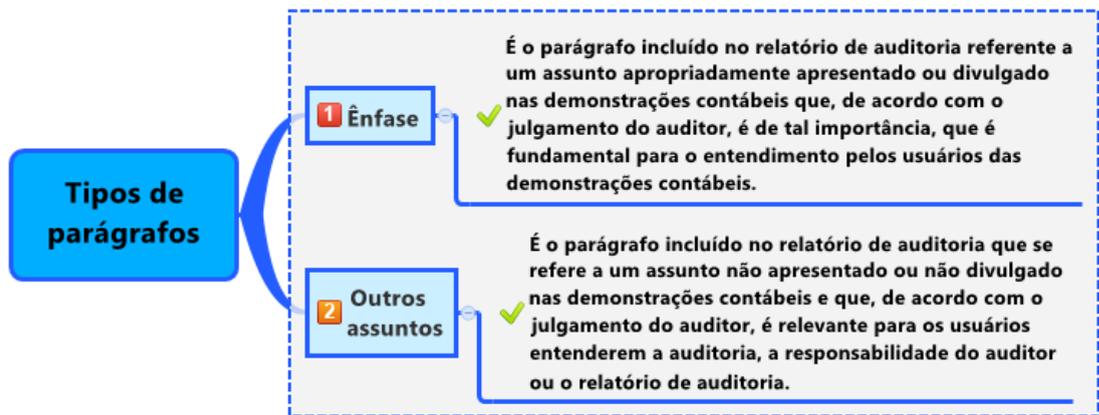


Figura 4 - Tipos de parágrafos

(Fonte: <https://www.teconconcursos.com.br/blog/revisao-de-auditoria-para-sefaz-go-fcc-2018-parte-03/>)

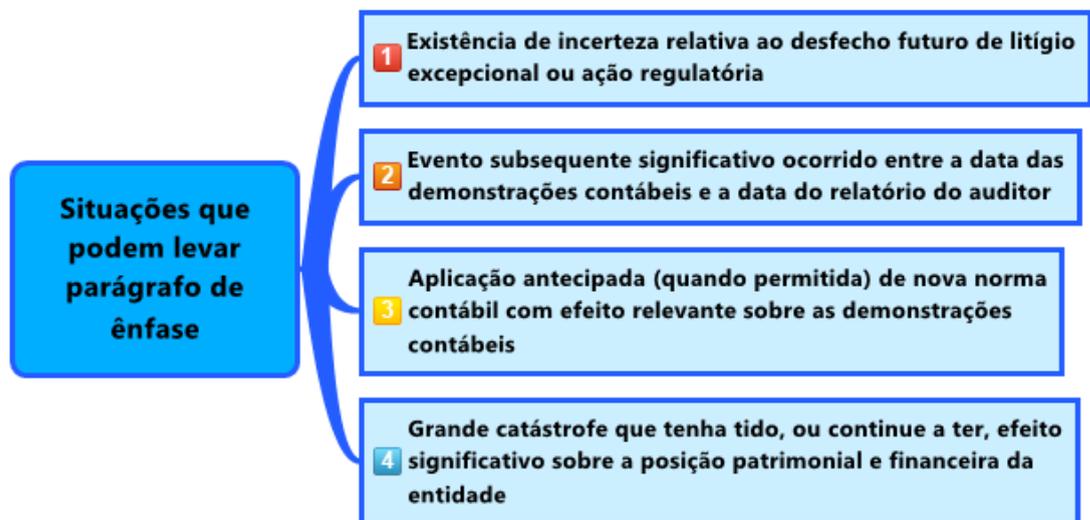


Figura 5 - Situações contidas no parágrafo de Ênfase
(Fonte: <https://www.teconconcursos.com.br/blog/revisao-de-auditoria-para-sefaz-go-fcc-2018-parte-03/>)

O relatório finalizado deve ter capa de tom clara, conter título, informações do destinatário (geralmente acionistas, administradores ou para responsáveis pela governança da entidade) e parágrafo introdutório, contendo:

- A. Identificação da entidade auditada;
- B. Afirmação que as demonstrações contábeis foram auditadas;
- C. Identificar cada título das demonstrações contábeis;

- D. Fazer referência as principais práticas contábeis e notas explicativas;
- E. Especificar o período que compõe cada demonstração contábil;

O relatório final também deve conter uma Sessão de responsabilidade do auditor direcionado à administração utilizando texto apropriado com o título “Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis”, além de assinatura dos auditores responsáveis pela auditoria, data e localidade onde o relatório foi emitido.

2.1.3 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS D.C.

Por meio de pesquisas na internet, escolhemos o relatório de auditoria independente de uma empresa S/A da Ânima Holding S.A., de 31 de dezembro de 2018, que segue anexo ao presente projeto integrado.

A Ânima, com mais de 15 anos de experiência no setor de ensino superior brasileiro, conforme o citado site, reúne uma Universidade (Universidade São Judas Tadeu) no Estado de São Paulo; uma rede de sete Centros Universitários (Una, Una Bom Despacho, UniBH, Centro Universitário São Judas Tadeu, UniSociesc, UniSociesc Curitiba, Centro Universitário UniAGES), nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Sergipe e Bahia; além de Faculdades e unidades acadêmicas nas cidades de Betim, Contagem, Divinópolis, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Itabira, Uberlândia, Nova Serrana, Conselheiro Lafaiete (Una – Minas Gerais), Jataí, Catalão e Itumbiara (Una - Goiás), Florianópolis, Blumenau, Balneário Camboriú, São Bento do Sul, Jaraguá do Sul, Itajaí (UniSociesc - Santa Catarina), além de Jacobina, Jeremoabo, Senhor do Bonfim, Tucano, Irecê (AGES – Bahia) e Lagarto (AGES – Sergipe), detendo marcas que são reconhecidas e tradicionais, com mais de 35 anos de história[1].

[1] *Idem*

A Ânima Educação é uma das maiores organizações educacionais privadas de ensino superior do país, tanto em termos de receita como em número de estudantes matriculados. Segundo o site da companhia, em agosto de 2019, a Ânima contava com cerca de 115 mil estudantes matriculados em cursos presenciais, em campi localizados nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Bahia e Sergipe.

A análise do citado relatório foi realizada com base na NBC TA 70, sendo que consta na estrutura do documento a Declaração de conformidade com relação às normas IFRS e às normas do CPC.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da holding Ânima foram preparadas e auditadas pela PWC conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Haja vista a empresa está listada na Bolsa de valores do Brasil, as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Importante ressaltar a adequação de estrutura e de conteúdo à NBC TA 700, inexistindo qualquer irregularidade no relatório; importante destacar que as situações excepcionais foram objeto de notas explicativas e de justificativas, conforme autoriza a legislação vigente.

Entre os requisitos da NBC TA 700, destacamos o conceito do item 8: “A referência a “demonstrações contábeis” nesta Norma significa “o conjunto completo de

demonstrações contábeis para fins gerais(...). Os requisitos da estrutura de relatório financeiro aplicável determinam a forma e o conteúdo das demonstrações contábeis(...)”.

Destaca-se que no documento anexo, na parte introdutória, estão apresentados a formação da opinião sobre as demonstrações contábeis, forma de opinião, relatório do auditor independente e as informações suplementares apresentadas sobre as demonstrações contábeis, bem como os demais requisitos previstos na NBC TA 700.

2.2 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL

Neste tópico do Projeto Integrado serão abordados a estrutura de um laudo pericial, assim como diferenciar os processos de mediação, conciliação e arbitragem contábil.

2.2.1 ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL

O laudo pericial contábil é a peça escrita na qual o perito contador expressa sua opinião a respeito de eventos e fatos submetidos à sua apreciação, e este deve ser elaborado com objetividade, rigor científico, concisão, argumentação e clareza, além de citações de dispositivos legais, assim ele será considerado de boa qualidade e auxiliará o magistrado, podendo ser muito relevante para a sentença, dando apoio técnico científico para que o juiz chegue à justa resolução do conflito de interesses, proferindo a justa sentença. A NBC T 13 – Da Perícia Contábil, regulamentada pela Resolução nº 858/99, em seu item 13.5, define o laudo pericial da seguinte forma:

“O laudo pericial contábil é a peça escrita na qual o perito-contador expressa, de forma circunstanciada, clara e objetiva, as sínteses do objeto da perícia, os estudos e as observações que realizou, as diligências realizadas, os critérios

adotados e os resultados fundamentados, e as suas conclusões”.
(NBCT 13 CFC, 1999, p. 03).

A elaboração e a redação do laudo pericial são de responsabilidade do perito que estiver atuando no caso. Os requisitos para elaboração do laudo pericial são:

1. Objetividade;
2. Técnica e criteriosidade;
3. Exatidão e brevidade;
4. Argumentação;
5. Transparência.

Quanto à estrutura do laudo pericial, é indicado que sejam apresentadas as informações na seguinte ordem:

Itens	Comentários
1- Prólogo de encaminhamento	O prólogo de encaminhamento se refere à identificação e à solicitação de anexação aos autos.
2- Objeto da perícia e dos serviços efetuados, apresentando os seguintes elementos: aspectos gerais do auto e diligências realizadas.	Nele se deve identificar a vara, a comarca, o número do processo, a nomeação de autores e réus do processo, a essência da ação, assim como o perito, em situações judiciais.
3- Metodologia adotada para os trabalhos periciais.	Demonstra os procedimentos que o profissional deve desenvolver para apresentar de forma mais técnica o conteúdo de um laudo pericial.
4- Informação referente à precisão ou não de diligências dos serviços de campo.	Forma de levantamento e informações da coleta.
5- Considerações finais	Apresentam a conclusão do perito diante do trabalho executado relativo à matéria periciada.
6- Transcrição e Resposta aos quesitos.	Iniciando pelos que foram apontados pelo magistrado, se esse existir, seguindo com os do autor e finalizando com os do réu.

7- Finalização.	São indicadas as obrigatoriedades do perito, a quantidade de páginas, de anexos e de documentos que estão vinculados ao laudo e que foram unidos a ele.
8-Rubrica e assinatura do perito-contador	Fará constar sua categoria profissional de Contador e o seu número de registro em Conselho Regional de Contabilidade.
9- Anexos, documentos e demais peças pertinentes que estiverem ligadas ao laudo e apresentadas nele.	Quanto aos anexos, eles auxiliam a esclarecer o laudo pericial.

2.2.2 MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL

A Mediação, a Conciliação e a Arbitragem são processos técnicos alternativos de solução de conflitos: a Conciliação e a Mediação integram o método consensual (puro), e a Arbitragem parte de um consenso na origem, mas é adversarial, isto é, a Arbitragem só existe se houver consenso prévio entre as partes que optam de comum acordo pela solução arbitral (na origem, a arbitragem é consensual) e escolhem renunciar qualquer solução pelo Poder Judiciário; entretanto, uma vez feita a opção inicial pela Arbitragem, advém um processo adversarial com solução heterocompositiva (um terceiro julga). O árbitro colhe as provas e decide as questões a ele submetidas e que foram objeto de arbitragem.

Atualmente no Brasil, a Mediação, a conciliação e a Arbitragem têm sido os principais meios de resolução de conflitos alternativos à justiça estatal. Cabe às partes decidirem, criteriosamente, qual o melhor meio a ser escolhido, observando custo/benefício pelas diferenças e características de cada um deles.

MEDIAÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça por meio da Emenda 1/2013 alterou a Resolução 125/2010 instituindo a Política Judiciária Nacional e reconheceu a mediação como método alternativo de solução de conflitos também na esfera extrajudicial e administração pública. A mediação é registrada pela Lei nº 13.140/2015 e pelo CPC – Lei nº 13.105/2015.

A mediação é um processo autocompositivo no qual as partes em conflito são auxiliadas por um terceiro imparcial ou, por um painel de pessoas sem interesse na causa, denominado mediador, o qual sugere, não impõe solução, nem interfere nos termos do acordo: apenas média o processo para solução do conflito.

O processo de mediação costuma observar uma sequência básica de etapas, ainda que se reserve ao mediador a liberdade para flexibilizar o procedimento conforme a especificidade do caso. São elas:



Durante todo o processo de mediação, o mediador não pode sugerir uma solução para a resolução do conflito.

Os princípios orientadores da mediação estão definidos na Lei de Mediação 13.140/2015. São eles:

- 1- Imparcialidade do mediador / oralidade informalidade
- 2- Isonomia entre as partes
- 3- Autonomia da vontade das partes
- 4- Busca de consenso / Confidencialidade Boa-fé

Segundo a Lei nº 13.140/2015, o objeto de mediação são os direitos disponíveis ou indisponíveis que admitam transação. Este último, sendo transigíveis, deve ser homologado em juízo, exigida a oitiva do Ministério Público. Portanto, a mediação pode ser utilizada por qualquer pessoa capaz, física ou jurídica, pública ou privada, cujo conflito possa ser resolvido por meio do diálogo, e se mostra bastante adequado e eficaz quando há vínculos entre os participantes. O processo de mediação pode ocorrer tanto no contexto judicial como no extrajudicial.

BENEFÍCIOS DA MEDIAÇÃO:

As características da mediação que beneficiam as partes conflitantes são, entre outras, celeridade, informalidade, autonomia da vontade das partes, protagonismo, confidencialidade, efetividade, exequibilidade e prevenção de conflitos, amparadas por princípios orientadores. São benefícios da mediação:

- processo mais célere que o adversarial;
- adota procedimentos mais simples e flexíveis, permitindo às partes, conjuntamente, construir as regras que possam atender à disponibilidade dos envolvidos e suas

reais necessidades, sempre respeitando a autonomia da vontade e o protagonismo das partes;

- permite que as partes apresentem soluções para a controvérsia, reduzindo, sobremaneira, os riscos de insatisfação de uma indecisão imposta por terceiros;
- os acordos são cumpridos mais espontaneamente, e, portanto, previnem a reedição de conflitos, tornando-os mais efetivos;
- Apresenta ótima relação custo-benefício devido à agilidade da resolução do conflito, implicando em economia de tempo e menor desgaste emocional. Possibilita, ainda, o controle dos riscos, tendendo a preservar ou, até mesmo, restaurar a relação afetiva, social e ou negocial entre as partes;
- evita gastos com recursos e outros judiciais/processuais; e
- mantém a confidencialidade como regra, tornando-se bastante atraente quando por qualquer motivo a publicidade dos atos seja inconveniente.

Existem duas formas de mediação: a Judicial e a Extrajudicial, com características próprias. A Lei de Mediação nº 13.140 estabelece parâmetros diferenciados para o mediador judicial e o extrajudicial (art 9º e 11º).

- Mediador Judicial : graduação superior há no mínimo 2 anos e Curso de capacitação com Entidade reconhecida;
- Mediador extrajudicial: qualquer pessoa capaz e que tenha confiança das partes e pessoa capacitada para fazer mediação.

CONCILIAÇÃO

Conciliação é um processo onde “as partes são auxiliadas por um terceiro, imparcial, ou por um painel de pessoas sem interesse na causa, denominado conciliador, para assisti-las, por meio de técnicas adequadas, a chegar a uma solução ou um acordo”. Difere da Arbitragem e da jurisdição estatal, pois o conciliador, embora possa sugerir uma solução, não pode impô-la de forma compulsória às partes, como é permitido ao árbitro ou ao juiz togado.

O processo de conciliação segue a mesma sequência da mediação conforme já demonstrado. O conciliador atua preferencialmente nos casos de não existir vínculo anterior entre as partes, podendo sugerir soluções para litígio, vedado qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes se conciliem (art.165, §2º do CPC).

As principais fases da Conciliação, de forma geral, são as mesmas da Mediação, com destaque para o fato de que o conciliador pode sugerir uma solução para a resolução do conflito, o que não é permitido na mediação.

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO:

No Artigo 165 do Código de Processo Civil brasileira está previsto as diferenças entre os métodos de conciliação e mediação. Num primeiro momento, a mediação e a conciliação podem parecer similares, pois ambos envolvem a participação de um profissional neutro e isento.

- Mediador: manifesta-se de modo a facilitar que as partes construam a solução juntas. Aqui, a atuação se dá preferencialmente nos casos em que exista algum vínculo anterior entre os envolvidos.

- Conciliador: atua de forma mais ativa, em conflitos pontuais, sugerindo soluções e possíveis arranjos em casos nos quais não exista qualquer relacionamento anterior entre as partes.

ARBITRAGEM

A Arbitragem é regida pela Lei nº 9.307/96, é um meio privado e alternativo para solução de conflitos decorrentes de direitos patrimoniais e disponíveis. Neste processo, as partes buscam a assistência de um terceiro, neutro ao conflito, ou, de um painel de pessoas sem interesse na causa, denominado árbitro, com expertise na matéria controvertida. O árbitro, após observar todos os procedimentos, emite uma Sentença Arbitral que se equipara à sentença judicial transitada em julgado, a qual não cabe recurso, se constituindo em título executivo judicial, encerrando assim a disputa.

O processo arbitral rege-se pelos princípios fundamentais da boa-fé, da igualdade, do contraditório, e da ampla participação das partes no processo. No que concerne ao prazo de duração do processo arbitral, este é regido pelo princípio da celeridade. O § 2º, do art. 21 da Lei 9.307/96 (Lei da Arbitragem), destaca, ainda, os princípios da imparcialidade do árbitro e de seu livre convencimento.

Qualquer litígio relativo a direitos patrimoniais pode ser levado à arbitragem por pessoa maior e capaz, como também, pela administração pública direta e indireta. A solução de controvérsias por meio de arbitragem é muito aplicada nas áreas Comercial, Empresarial, Consumidor, Trabalhista, e, a partir da Lei nº 13.129/2015 (Lei da Mediação) foi ampliada a possibilidade de sua aplicação à Administração Pública.

Exemplos de conflitos que podem ser solucionados por meio de arbitragem:

- conflitos trabalhistas individuais;
- controvérsias entre fornecedores e compradores relativas a contratos de compra-e-venda de produtos e ou serviços;
- conflitos societários em geral, apuração de haveres;

- questões relacionadas à recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos;
- cálculo de indenizações decorrentes de extinção ou de transferência do contrato de parceria entre o ente público e o privado;
- inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes, incluída a incidência das suas penalidades e o seu cálculo;
- negócios internacionais tais como convênios envolvendo licença e transferência de tecnologia, patentes, representação e distribuição comercial, contratos de exploração de recursos naturais, contratos de agrupamentos societários, associações de empresas e joint ventures, dentre outros.

VANTAGENS DA ARBITRAGEM

Podemos ilustrar, dentre outras, as seguintes vantagens na adoção da arbitragem: custos, tempo, celeridade, presença de expertise, julgamento em instância única, estímulo ao acordo e ao cumprimento da Sentença, a confidencialidade, celeridade, economia processual, dentre outros.

- Irrecorribilidade
- Confidencialidade do procedimento
- Economia processual
- Celeridade
- Autonomia das partes
- Segurança Jurídica
- Flexibilidade do procedimento

- Especialidade técnica dos Árbitros

É facultado às partes a escolha por tipo de arbitragem, a qual pode ser formalizada por meio de cláusula compromissória inserida em um contrato, também conhecida como cláusula arbitral, ou através de um compromisso arbitral assinado pelas partes quando da existência de um conflito. O compromisso arbitral pode ser judicial ou extrajudicial. A arbitragem pode ser:

- Arbitragem de direito ou equidade
- Institucional, com a presença de uma instituição arbitral ou “ad hoc”.
- Com árbitro único ou com tribunal arbitral.



A atuação do árbitro está disciplinada nos art. 13 a 18 da Lei de Arbitragem, dos quais destacamos os seguintes pontos:

- O árbitro pode ser qualquer pessoa civilmente capaz, que tenha a aceitação e confiança das partes e conhecimento da matéria litígio para fazer o julgamento;
- As partes devem nomear um ou mais árbitros, sempre em número ímpar, podendo nomear também os suplentes. É facultado às partes adotar as regras de um órgão arbitral institucional ou entidade especializada no processo de escolha dos árbitros;
- no desempenho de suas funções, o árbitro deverá proceder com imparcialidade, independência, competência, diligência e discricção. A ele são aplicadas as mesmas regras dos casos de impedimento ou suspeição de juízes (arts. 144 a 148 do CPC/2015), aplicando-se-lhes, no que couber, os mesmos deveres e responsabilidades, conforme previsto no Código de Processo Civil.
- Os árbitros, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, ficam equiparados aos funcionários públicos, para os efeitos da legislação penal.
- O árbitro é juiz de fato e de direito, e a sentença que proferir não fica sujeita a recurso ou a homologação pelo Poder Judiciário.
- Finalizado o encargo do árbitro, encerra-se também o poder do árbitro, visto ele ter sido escolhido pelas partes apenas para atuar num determinado conflito.

Uma vez instaurado o procedimento arbitral, o árbitro é responsável pela sua condução e pela decisão da controvérsia, a qual obriga as partes. A estas e seus advogados cabe colaborar, cooperar e fornecer ao árbitro todos os elementos e provas necessários ao julgamento da contenda.

3. CONCLUSÃO

A elaboração do presente projeto integrado, compartilhando os saberes, dados e informações relacionadas ao relatório de auditoria independente da holding Ânima S.A, enfocou os principais institutos do citado relatório, de perícia e auditoria contábeis, aprofundando e contextualizando os conhecimentos de cada um dos conceitos envolvidos nas áreas citadas.

A partir do título do PI: “RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL”, em decisão coletiva, a equipe escolheu a empresa ÂNIMA EDUCAÇÃO S.A como caso concreto de análise de relatórios de auditoria independente, haja vista a sólida empresa em seu segmento, com uma estruturação coesa de governança e com capital aberto em bolsa e transparência ímpar.

Em total integração com o desenvolvimento da temática do projeto integrado, os conhecimentos das unidades de estudo de auditoria contábil e pela perícia contábil foram essenciais para os objetivos alcançados.

A elaboração do Projeto Integrado permitiu a equipe o exercício e desenvolvimento de atitudes essenciais para a atuação profissional, tais como: desenvolvimento de estratégias de comunicação em ambiente virtual, o compartilhamento das responsabilidades e ações para o melhor desempenho e resultados, a priorização dos objetivos coletivos, a atuação participativa e colaborativa durante todo o planejamento, execução e entrega deste Projeto.

REFERÊNCIAS

ANIMA EDUCAÇÃO. Demonstrações Financeiras. Disponível em <<https://ri.animaeducacao.com.br/>>. Acesso em 04 abril. 2021.

ANIMA RI. Disponível em < <https://ri.animaeducacao.com.br/>> Acesso em 04 abril 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em <<https://cfc.org.br/>>. Acesso em 03 abril 2021

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TA 700 Formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Disponível em <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/01/NBC-TA-70_0_aud.d.do_cx#:~:text=A%20NBC%20TA%20701%20trata,de%20auditoria%20no%20seu%20relat%C3%B3rio.&text=Esta%20norma%20se%20aplica%20para,e%20foi%20redigida%20nesse%20contexto.>. Acesso em 29 mar 2021.

DICIONÁRIO FINANCEIRO. Disponível em < <https://www.dicionariofinanceiro.com/demonstracoes-contabeis/>>. Acesso em 03 abril 2021.

PORTAL CATALÃO. A relevância de um laudo pericial contábil. Disponível em <http://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/80d08b28f4e5ea3c95faa91fc2e5e13c.pdf> . Acesso em 23 mar 2021.

PORTAL DA CONTABILIDADE. Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC N° 1.041 de 26.08.2005. Disponível em <[http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/nbct13_6.htm#:~:text=O%20Laudo%20Pericial%20Cont%C3%A1bil%20deve%20conter%2C%20no%20m%C3%ADnimo%2C%20os%20seguintes,s%C3%ADntese%20do%20objeto%20da%20per%C3%ADcia%3B&text=i\)rubrica%20e%20assinatura%20do,em%20Conselho%20Regional%20de%20Contabilidade](http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/nbct13_6.htm#:~:text=O%20Laudo%20Pericial%20Cont%C3%A1bil%20deve%20conter%2C%20no%20m%C3%ADnimo%2C%20os%20seguintes,s%C3%ADntese%20do%20objeto%20da%20per%C3%ADcia%3B&text=i)rubrica%20e%20assinatura%20do,em%20Conselho%20Regional%20de%20Contabilidade)> . Acesso em 24 mar 2021.

PORTAL DE AUDITORIA. Disponível em <<http://www.portaldeauditoria.com.br/legislacao/normas/parecerdosauditores.htm>>. Acesso em 04 abril 2021

RELATÓRIO DE AUDITORIA MODIFICADO. Disponível em <<https://www.tecconcursos.com.br/blog/revisao-de-auditoria-para-sefaz-go-fcc-2018-parte-03/>> Acesso em 05 abril 2021.

ANEXOS

Íntegra o relatório de auditoria independente descrito no item 2.1.3.

Ânima Holding S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ânima Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ânima Holding S.A. ("Companhia" ou "Ânima"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ânima Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

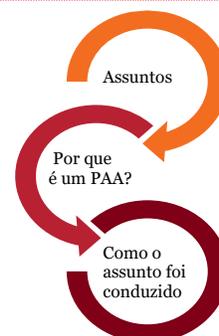
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ânima Holding S.A. e da Ânima Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Provisões para créditos de liquidação duvidosa (Nota explicativa 7)

A Companhia e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de contas a receber com o objetivo de estimar a necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável de suas operações. Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 127.193 mil, representa 42% do saldo de contas a receber nessa data.

A determinação da provisão foi considerada como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância do valor das contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2018 e ao alto grau de julgamento para a determinação das premissas relacionadas ao teste de recuperação da referida carteira de recebíveis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros, o entendimento com os responsáveis da administração acerca dos principais critérios e controles utilizados para elaboração da estimativa de risco de crédito, que tem como base a análise do contas a receber em aberto por faixas de vencimento (aging list).

Realizamos testes, em bases amostrais, de conferência da integridade da base de dados utilizada para cálculo das perdas estimadas, bem como, recalculamos, com base nas premissas da administração, a estimativa para perdas ao final do exercício social.

Adicionalmente, testamos as premissas da administração, quais sejam, percentuais de perdas esperadas baseados nas perdas históricas com contas a receber, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada período.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para perdas sobre créditos de liquidação duvidosa são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.

Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível de vida útil indefinida (Nota explicativa 13)

A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de ativos intangíveis de vida útil indefinida para os quais uma análise do seu valor recuperável é necessária pelo menos uma vez ao ano. Esses ativos intangíveis decorrem, substancialmente, de combinações de negócios realizadas em anos anteriores e totalizam

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

Avaliamos a definição pela administração das Unidades Geradoras de Caixa, conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos".

Ânima Holding S.A.

R\$ 564.721 mil, sendo R\$ 344.613 mil registrados como ágio, R\$ 143.116 mil referentes a marcas e patentes e R\$ 76.992 mil referentes a licenças.

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de resultados e fluxos de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros. A utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.

Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa (taxa de crescimento de alunos, taxa de desconto, investimentos), mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos leitura das divulgações.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA

Provisões para demandas judiciais (Nota explicativa 21)

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa de perdas prováveis esperadas, envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, pois dependem de eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da administração. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e a constituição de passivos contingentes, bem como as divulgações em notas explicativas. Obtivemos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, o qual considera o histórico de perda em processos de mesma natureza e prognósticos fornecidos pelos assessores jurídicos externos.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor das provisões. Para selecionadas causas mais significativas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda com o apoio de nossos especialistas, sobretudo as de natureza tributária.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões para demandas judiciais, bem como as



Ânima Holding S.A.

divulgações efetuadas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 19 de março de 2018, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Ânima Holding S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Ânima Holding S.A.

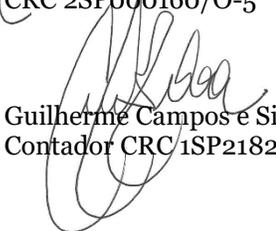
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 20 de março de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Aos acionistas,

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 acompanhado das Demonstrações Financeiras deste exercício, em comparação com o exercício do ano de 2017. As demonstrações financeiras individuais são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Sobre a Ânima

Somos uma das maiores organizações educacionais privadas do País, tanto em termos de receita, como em número de estudantes matriculados, de acordo com a Hoper Educação.

Temos um posicionamento diferenciado quando comparado às outras empresas do setor, inclusive às companhias educacionais de capital aberto, que se traduz na capacidade de conciliar escala com a oferta de um ensino de alta qualidade. São 16 anos de atuação no ensino superior brasileiro.

Encerramos o ano de 2018 com uma base de 97,2 mil alunos matriculados em nossos cursos presenciais e a distância, nas modalidades de graduação, pós-graduação, ensino básico e técnico, em 39 unidades nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Goiás, sendo:

- O Centro Universitário Una, em Belo Horizonte, com seis unidades acadêmicas, além de onze unidades nas cidades de Betim, Contagem, Sete Lagoas, Pouso Alegre, Divinópolis, Bom Despacho, Nova Serrana, Uberlândia (esta com 2 unidades), Itabira e Jataí, todas no estado de Minas Gerais, além de duas unidades na cidade de Catalão, em Goiás;
- Ainda em Belo Horizonte, o Centro Universitário UniBH, com três unidades pela cidade;
- Já no estado de São Paulo, a Universidade São Judas Tadeu, com cinco unidades acadêmicas na Capital, e a Unimonte, centro universitário localizado em Santos, no litoral sul do Estado;
- Em Santa Catarina, o Centro Universitário UniSociesc, em Joinville, com 2 unidades acadêmicas, e mais cinco unidades nos municípios de Itajaí, São Bento do Sul, Florianópolis, Blumenau, Balneário Camboriú e Jaraguá do Sul (esta com 2 unidades) além de um Centro Universitário em Curitiba (esta com 2 unidades), no Paraná.

Nosso portfólio inclui também a HSM, que acreditamos ser uma das mais renomadas instituições de educação corporativa no Brasil. Realizamos grandes eventos de gestão empresarial, com público que, em sua maioria, são altos executivos de grandes empresas. Fundada há mais 30 anos, também se destaca por oferecer soluções educacionais como Cursos In Company e a plataforma digital do HSM Experience.

Finalmente, temos a Escola Brasileira de Direito (EBRADI), uma nova marca da Ânima lançada no final de 2016 para oferecer ensino e capacitação jurídica on-line para todo o Brasil. Seu portfólio inclui cursos preparatórios para o exame da OAB, além de cursos de pós-graduação e extensão.

Mensagem da Administração

O ano de 2018 é um divisor de águas na história da Ânima. Ao completarmos 15 anos de existência e 5 anos da abertura de capital, avançamos em uma grande reestruturação operacional e de governança, que estabelecem as bases para os próximos ciclos da Companhia. Mesmo tendo sofrido impactos financeiros pelos ajustes realizados ao longo do ano, estamos seguros de que seguimos no caminho correto para maximizar o crescimento e a rentabilidade de forma duradoura.

Nossa receita líquida teve um incremento de 4,8% no ano, chegando ao patamar de R\$1.093,1 milhão, fruto dos bons ciclos de captação de 2018, que trouxeram um aumento de base de alunos de +7,0%. A crescente competitividade no setor nos exigiu, contudo, uma abordagem comercial mais proativa, o que continua exercendo pressão no ticket líquido e na linha de Descontos, Deduções & Bolsas, tema que está concentrando nossas atenções e esforços. Esse desempenho, aliado às despesas não recorrentes relativas à Reestruturação, da ordem de R\$52 milhões, impactaram nossa rentabilidade no ano, conforme já vínhamos anunciando. Encerramos 2018 com um EBITDA ajustado de R\$169,8 milhões (-2,4% vs. 2017), com uma margem de 15,5% sobre a Receita Líquida (-1,2pp vs. 2017).

É fundamental destacar, no entanto, a clara reversão da tendência de pressão sobre as margens operacionais a partir do 3T18, quando demonstramos o início de uma nova curva de recuperação de margem, confirmada no 4T18, que ora reportamos. De um lado, iniciamos um forte processo de recomposição de margens que teve seu foco em 2018 nas Despesas Gerais e Administrativas (G&A), por meio do Projeto Censo, iniciado em julho, que eliminou redundâncias originadas nos processos de centralização entre atividades corporativas e as realizadas nas unidades, o que promoveu a melhoria de performance operacional a partir de *benchmarks* internos. Por outro lado, também atuamos pontualmente na operação do nosso bloco de Aquisições (especificamente aquelas realizadas em 2016 - UniSociesc, Una Bom Despacho e Una Uberlândia), revertendo a tendência negativa observada até os 9M18 (-3,8pp vs. 9M17), chegando neste 4T a uma margem operacional de 21,5% (+17,2pp vs. 4T17), reduzindo o gap de rentabilidade entre este bloco e a operação Base.

Concentrando o olhar no 4T18, alcançamos um EBITDA ajustado de R\$28,1 milhões e margem de 9,5%, um crescimento de 20,9% e aumento de 1,1pp vs. 4T17. Acreditamos que essa tendência positiva na margem seguirá seu curso ao longo do próximo ano

Para atingirmos esse objetivo de recuperação de margens, nossa estratégia está baseada em três pilares principais. O primeiro pilar envolve o modelo acadêmico de qualidade com escala e alto poder de transformação, que denominamos internamente E2A – Ecossistema Ânima de Aprendizagem. O E2A é um modelo híbrido e orientado a uma formação por competências, que combina de forma otimizada o uso de presencialidade e tecnologia, e foi implementado a partir de 2018 para as turmas de alunos ingressantes, de acordo com o ritmo planejado. O E2A nos posiciona para aproveitarmos rapidamente as mudanças pelas quais a educação passará nos próximos anos, com a prevalência dos modelos híbridos na educação superior brasileira, e a legislação já caminhando para se adequar a tal realidade. Estamos aptos a capturar ganhos de rentabilidade gerados pelo E2A, especialmente nos nossos campi maduros, a partir de 2019 e com maior representatividade em 2020.

O segundo pilar é a transformação da Jornada do Aluno Ânima, ou J2A. Nessa linha, acompanhamos cada passo do aluno desde o momento em que ele considera estudar em uma de nossas instituições e, dada a importância crescente da educação continuada, objetivamos construir um relacionamento contínuo e duradouro que traga oportunidades de aprendizagem ao longo de toda sua vida. Estamos, assim, transformando os processos e o relacionamento visando uma experiência que entregue qualidade alinhada à já oferecida excelência do ponto de vista acadêmico. Os destaques do ano foram as implementações dos processos de matrícula via web e mobile para os ciclos de 2018/02, impactando mais de 42.000 alunos e um método de cadastro de campanhas de vestibular, de maneira simples e eficaz, que está trazendo maior eficiência na aplicação de descontos comerciais no processo de captação em curso. Para 2019, estamos trabalhando no aprimoramento do processo de ingresso, para torná-lo ainda mais ágil e assertivo.

O terceiro pilar diz respeito ao nosso plano de crescimento orgânico, internamente chamado de Q2A. Até julho de 2016, contávamos com 23 unidades maduras nas nossas 4 marcas – UNA, UniBH, USJT e UniSociosc. Nos últimos 2 anos e meio, dobramos o número de unidades, e hoje, 2019, temos 47 unidades, das quais 22 foram abertas por nós e 2 foram adquiridas neste exercício de 2018 (CESUC - Catalão/GO e a Faculdade Jangada - Jaraguá do Sul/SC), acelerando a presença da Anima nessas cidades, integrando, portanto, o movimento de expansão orgânica. As perspectivas para esse bloco são bastante positivas, visto que as novas unidades abertas até 2018 tiveram captação e resultados financeiros melhores do que o originalmente planejado, inclusive já superando o *breakeven*. Esse bloco é essencial para o crescimento da Anima e apresenta uma evolução expressiva da base de alunos: considerando o somatório das últimas três safras (2016, 2017 e 2018), o número de alunos ao final de 2018 foi de mais de 9.300, demonstrando que estamos no caminho certo, especialmente considerando que essas unidades ainda estão, na média, antes da metade de seus processos de amadurecimento.

Para 2019, estamos em processo de captação de mais 8 unidades, com um olhar especial para a marca São Judas na região metropolitana de São Paulo, especialmente em áreas próximas ao transporte público ou avenidas em transformação imobiliária.

Também seguimos atentos a oportunidades de M&A, buscando instituições de ensino superior com marcas de alta reputação, alinhadas com nosso posicionamento, e com potencial de ganhos significativos de margem e de crescimento.

Dessa forma nossa estratégia de M&A segue alinhada com nosso projeto de crescimento orgânico (Q2A) ao permitir a entrada em novos mercados e posterior crescimento em espiral com o lançamento de novas unidades.

Por sua vez, o segmento de outros negócios, que é composto pela HSM e pela EBRADI (Escola Brasileira de Direito), apresentou uma significativa melhora de seus resultados, sendo o primeiro ano em que comemoramos margem operacional positiva em suas operações. Os destaques foram o crescimento da EBRADI com a evolução de vendas dos cursos on-line, e a evolução da HSM, com a consolidação do HSM Academy, braço de educação corporativa da HSM, a realização do evento “SingularityU Brasil Summit” e ao êxito de mais uma edição da HSM Expo. Seguimos empenhados para melhorar cada vez mais os resultados deste segmento.

Investimos R\$114 milhões em 2018, ou 10% da nossa receita líquida, alinhados com nossa estratégia de crescimento e evolução dos processos. Os principais grupos de investimentos são a abertura e expansão de novas unidades acadêmicas (Q2A), o investimento contínuo no desenvolvimento de nossa plataforma de sistemas e tecnologia aplicada à educação (E2A) e a melhoria de nossos serviços relacionados à experiência do aluno fora da sala de aula (J2A). Entramos em 2019 com R\$185 milhões em caixa, e com dívida líquida totalizando R\$316 milhões, o que representa uma alavancagem de 1,9x (dívida líquida/EBITDA ajustado dos últimos 12 meses).

Essas evoluções da Companhia vêm indissociavelmente acompanhadas da transformação na estrutura de governança que começamos a implementar em 2018. Liderando o movimento feito nas operações, eliminamos todas as sobreposições entre Conselho de Administração e Diretoria. Formamos um Conselho de Administração com maioria independente, constituímos comitês de assessoramento mais robustos, coordenados por membros do Conselho fortemente dedicados aos temas de sua expertise e de funcionamento permanente. Criamos a Secretaria de Governança, que passa a concentrar todo o sistema de governança corporativa da Companhia, intermediando de forma estruturada as relações entre conselho de administração e gestão, aparelhada com ferramentas e uma plataforma de comunicação para garantir a eficácia e manutenção das melhores práticas.

Reafirmamos e reforçamos nosso posicionamento de sermos o grupo de educação superior no país que agrega o maior valor aos alunos (como os números do IDD divulgados pelo INEP/MEC nos mostram), e temos a convicção de que a tecnologia e a inevitável busca por qualidade na formação irão prevalecer como tendências para a educação superior. Nosso compromisso com a qualidade acadêmica, e nossa missão de **Transformar o País pela Educação** já são amplamente conhecidos e reconhecidos. Acreditamos firmemente no propósito de entregar educação de qualidade, e com a mesma firmeza buscamos o ponto ótimo de nosso posicionamento estratégico, tendo como objetivo prioritário a entrega aos nossos acionistas de resultados e retornos relevantes, crescentes e sustentáveis no longo prazo.

Desempenho Operacional

Base de alunos

Encerramos o 4T18 com uma base de 97,2 mil alunos, um crescimento de 6,5% em relação ao 4T17 (+3,4% excluindo aquisições realizadas em 2018, CESUC e Faculdade Jangada). Esse número é composto por 88,4 mil alunos na graduação, 3,8 mil alunos na pós graduação, 1,1 mil alunos no EAD, 0,9 mil alunos no ensino básico e técnico, e 2,9 mil alunos nas aquisições de 2018, CESUC e Faculdade Jangada.

Financiamento Estudantil

Desde o início de 2015, quando as condições do FIES mudaram de forma drástica para o setor educacional como um todo, o Fies vem se tornando cada vez menos relevante para nós. Encerramos 2018 com aproximadamente 16,1 mil alunos com FIES (18,2% da base), excluindo as aquisições de 2018.

Com a queda do financiamento público, reforçamos nossa estratégia para fomentar e desenvolver soluções privadas de financiamento estudantil. Além dos produtos tradicionais do PraValer, nos quais o risco de crédito sobre os recebíveis é 100% transferido para a Ideal Invest, temos também uma modalidade em que o aluno passa por todo o processo de credit scoring do PraValer tradicional, mas é aprovado discricionariamente em virtude do bom desempenho apresentado no ENEM, mantendo, portanto, o risco de crédito desses alunos em nosso balanço. A soma desses produtos de financiamento privado totalizou 0,9 mil novos alunos no último ciclo de captação (+7,4% vs. 2017-2), ou 6,2% da captação, dos quais 48 alunos utilizando nosso próprio balanço. Já em nossa base de alunos, encerramos o último trimestre do ano com 8,4 mil alunos com financiamento privado, 9,5% da base de graduação excluindo as aquisições, sendo somente 1,5 mil alunos utilizando o nosso balanço.

Qualidade Acadêmica

Os resultados publicados pelo INEP/MEC ao final de 2018, referentes ao ano de 2017, reforçam os dados reportados no 3T18 sobre a superioridade acadêmica de nossas instituições, seja se comparadas às demais instituições privadas, listadas e não listadas, seja se comparadas às instituições públicas. Os resultados ratificam a efetividade do nosso modelo acadêmico e nosso compromisso em constantemente melhorar a qualidade da nossa formação.

No IGC (Índice Geral de Cursos), que é considerado o principal indicador de qualidade de instituições de ensino, e é resultante da média entre todos os cursos de uma instituição, ponderada pelo número de alunos, 71% dos nossos cursos ficaram com conceitos entre 4 e 5 (+12 pp *versus* o ano anterior), demonstrando desempenho significativamente superior às demais empresas listadas, e inclusive quando comparado às instituições públicas.

No CPC (Conceito Preliminar de Curso), que mede o rendimento dos alunos e o grau de satisfação deles com a instituição, enquanto 75% dos nossos cursos estão nas faixas 4 e 5, nas IES de companhias listadas esse número é de apenas 24%, e nas públicas de 48%.

No ENADE, que avalia o rendimento dos alunos concluintes do ensino superior através de uma prova padronizada, temos o maior percentual de cursos com conceitos superiores (4 e 5), acima das demais instituições privadas (listadas e não listadas) e o menor percentual de cursos com conceitos 1 e 2, conforme divulgado no 3T18.

Quando observamos o IDD, que mede o real valor agregado pela formação do ensino superior, evidencia-se o maior impacto das nossas práticas acadêmicas na formação de nossos alunos, inclusive quando comparado às instituições públicas. De fato, nossas IES possuem o maior percentual de cursos com conceitos superiores (4 e 5), e o menor percentual de cursos com conceitos 1 e 2.

Desempenho Financeiro

Ensino

Receita Líquida

Considerando que a partir de agosto, os resultados incluem as aquisições CESUC e Jangada, encerramos o ano de 2018 com uma Receita Líquida no segmento de Ensino de R\$1.022,8 milhões, +4,2% versus 2017 (+3,3% excluindo as aquisições). No 4T18 a Receita Líquida totalizou R\$257,2 milhões, um crescimento de +6,2% versus 4T17 (+3,9% excluindo as aquisições). Os outros negócios apresentaram Receita Líquida de R\$70,3 milhões, um crescimento de 15,7% versus 2017. Dessa forma, encerramos o ano com um Receita Líquida consolidada de R\$1.093,1 milhões.

Olhando especificamente para nosso ticket líquido do Ensino, excluindo as aquisições, encerramos o ano com uma média de R\$855/mês, uma queda de 0,6% versus o mesmo período do ano anterior, influenciada por um aumento de bolsas, descontos e impostos (-8,5%) concentrados nas primeiras mensalidades do curso, parcialmente compensados por um aumento médio de mensalidades (+5,5%) e pelos ganhos no mix de cursos (+2,4%). No 4T18, nosso ticket médio líquido foi de R\$889/mês, um aumento de +0,5% versus 4T17, com um

efeito também diluído por descontos, bolsas, deduções e impostos (-7,6%), compensados pelo mesmo efeito do aumento médio de preços (+5,5%), mas com um maior ganho de mix (+2,6%). Considerando as aquisições anunciadas em julho de 2018, CESUC e Jangada, que vieram com um ticket inferior aos de nossas marcas, nosso ticket líquido foi de R\$ 848/mês em 2018 (-1,4% vs. 2017) e de R\$882/mês no 4T18 (-0,3% vs. 4T17).

Diante do cenário contínuo de forte competição em todas as praças em que atuamos e o crescimento da nossa base de alunos, consideramos que a redução de ticket merece nossa atenção, mas não prejudica a tendência de crescimento da receita líquida. Continuaremos dedicando esforços tanto para atuar diretamente no ticket, quanto para minimizar seu impacto em nossos resultados através do controle granular de custos e despesas.

Total de Custos e Lucro Bruto

O Lucro Bruto do Ensino em 2018 foi de R\$422,6 milhões, ou 41,3% da Receita Líquida (-1,2pp vs. 2017). Apesar dos ganhos de produtividade docente e de apoio acadêmico (custos com pessoal +0,5pp), notamos uma piora em custos de aluguel e ocupação (-0,9pp) decorrente principalmente das novas unidades inauguradas no início do ano e da revisão contratual das unidades da São Judas (Mooca e Butantã), acordada quando da aquisição em 2014; e de serviços de terceiros (-0,7pp), explicado pela decisão de terceirizar os serviços de limpeza e segurança em nossas unidades. O Lucro Bruto consolidado em 2018 foi de R\$462,0 milhões, ou 42,3% da Receita Líquida, +4,3% versus 2017.

Despesas Operacionais

Despesas Comerciais

As Despesas Comerciais totalizaram R\$92,3 milhões em 2018 (+11,3% vs. 2017) e representaram 8,4% da Receita Líquida (-0,4pp vs. 2017). Vemos uma melhora em nossas provisões para devedores duvidosos em relação à Receita Líquida (+0,3pp versus 2017), neutralizadas por um aumento nas despesas de marketing (-0,9pp), principalmente devido aos gastos referentes à abertura das novas unidades.

Despesas Gerais e Administrativas

As nossas Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$115,2 milhões no ano de 2018, e representaram 10,5% da Receita Líquida, impacto de +0,4pp na margem *versus* 2017. Os resultados do 4T18 mostram uma melhora importante neste grupo (+1,3pp vs. 4T17), oriunda principalmente das despesas com pessoal (+1,1pp vs. 4T17).

EBITDA Ajustado (Não auditado)

Encerramos 2018 com um EBITDA ajustado de R\$169,8 milhões (-2,4% vs. 2017), e uma margem de 15,5% sobre a Receita Líquida (-1,2pp vs. 2017). Vale destacar que, comparado com o primeiro semestre de 2018, nota-se uma reversão da tendência de pressão operacional a partir do 3T18 para um movimento de

recuperação de margem. Encerramos o 4T18 com um EBITDA ajustado de R\$28,1 milhões e uma margem de 9,5%, um crescimento de 20,9% e +1,1pp vs. 4T17.

Resultado Financeiro

Encerramos o ano de 2018 com um Resultado Financeiro negativo de R\$34,7 milhões ante -R\$37,9 milhões em 2017. Apresentamos uma Receita Financeira de R\$30,5 milhões (-R\$6,9 milhões vs. o ano anterior), enquanto a Despesa Financeira totalizou R\$65,2 milhões, uma melhora de R\$10 milhões vs. 2017. Esse resultado pode ser explicado principalmente pela redução das despesas de juros com empréstimos em decorrência de amortizações realizadas, além da queda na taxa básica de juros (SELIC) do Brasil no período.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Continuamos nos beneficiando do Prouni, que nos garante isenção de imposto de renda e contribuição social para a maior parte de nosso negócio. Reportamos um valor de -R\$1,7 milhão de imposto de renda e contribuição social em 2018, e um crédito de R\$3,7 milhões no 4T18. Ambos estão relacionados principalmente ao efeito de IR e CS diferidos decorrentes da reestruturação societária realizada no 4T17 e 4T18.

Resultado Líquido

Encerramos 2018 com um Resultado Líquido Ajustado de R\$64,9 milhões, ou uma margem de 5,9% sobre a Receita Líquida (-1,2pp vs. 2017). Excluindo os ajustes gerenciais, vemos um resultado líquido de R\$1,6 milhões no período, explicado principalmente pelas despesas de natureza não recorrente reportadas anteriormente.

Endividamento Líquido

Chegamos ao fim de 2018 com um total de disponibilidades de caixa e aplicação financeira de R\$185,4 milhões. Em relação ao saldo de empréstimos e financiamentos, reduzimos em R\$5,9 milhões desde o fim do 9M18 de acordo com o cronograma de amortizações das operações de crédito contratadas. Enfatizamos que o perfil de vencimento das dívidas está diluído ao longo dos próximos 5 anos, não apresentando concentração significativa.

Neste ano, nossos investimentos aumentaram R\$23,2 milhões em razão do maior ritmo da expansão orgânica (Q2A) e R\$10,5 milhões referentes aos esforços de modernização e transformação digital.

As outras obrigações de curto e longo prazo, representadas principalmente pelos títulos a pagar relacionados às aquisições, totalizaram R\$101,8 milhões. No acumulado do ano executamos integralmente um plano de recompra de ações, aprovado em maio de 2018, no valor total de R\$31,9 milhões, além de iniciarmos o segundo plano de recompra aprovado em setembro de 2018, totalizando um desembolso de R\$32,3 milhões.

Com isso, encerramos o trimestre com uma dívida líquida de R\$315,9 milhões, o que representa uma alavancagem de 1,9x (dívida líquida ÷ EBITDA ajustado dos últimos 12 meses).

Não obstante o índice de alavancagem apresentar um nível confortável, continuaremos o monitoramento que objetive posicioná-lo constantemente em um patamar adequado à nossa estratégia de expansão, sem elevação substancial do risco da companhia.

Contas a receber e PMR

Encerramos 2018 com um saldo de Contas a Receber Líquido, excluindo as adquiridas CESUC e Jangada, de R\$ 172,6 milhões. A partir do 2T18, quando recebemos a última parcela do FIES referente à PN23 em junho, não fazemos mais os ajustes gerenciais para cálculo do PMR e saldo a receber.

Encerramos o ano com um PMR (prazo médio de recebimento) de 57 dias, 29 dias a menos quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Segmentando a análise dos recebíveis e prazos médios, reportamos um PMR de 13 dias para os recebíveis de FIES, -135 dias versus 2017, explicado pela quitação dos valores relativos à PN23 que ainda constavam em nossa DF no final de 2017. Conforme tabela abaixo, o PMR de 13 dias para o FIES é resultante de um contas a receber bruto de R\$32,5 milhões, que geraria um PMR bruto de 49 dias, deduzido da PDD de R\$23,5 milhões que se refere ao valor em risco não coberto pelo FGEDUC da carteira do FIES relativa a todos os anos anteriores a 2018, inclusive.

Para o segmento de alunos Não-FIES, nosso PMR ficou em 68 dias, +11 dias quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Isso se dá especialmente pela redução na PDD dos alunos do PraValer que utilizam o risco de crédito do nosso balanço, em que ajustamos a nossa PDD aos mesmos critérios aplicados pelo PraValer à carteira dos alunos Ânima. Finalmente, na linha de outros negócios, encerramos 2018 com um PMR de 76 dias (-20 dias vs. 2017).

Investimentos (Capex)

Em 2018, nossos investimentos totalizaram R\$113,9 milhões, ou 10,4% sobre a Receita Líquida, um aumento de 3,4pp comparado aos 7,0% reportados em 2017. Conforme antecipado, este aumento se dá principalmente pelo processo de expansão orgânica através da abertura e expansão de nossas novas unidades acadêmicas, além do investimento contínuo no desenvolvimento de nossa plataforma de sistemas e tecnologia aplicada à educação.

Apesar de a flexibilização regulatória, comentada no 3T18, permitir a maior utilização de bibliotecas virtuais, ainda existe uma exigência para um contingente físico mínimo, que explica o crescimento de investimentos nesse item, já que abrimos 8 novas unidades em 2019.1.

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social diminuído da reserva legal, que em 2018 representou um valor de R\$ 534 mil.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2018: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Os honorários relativos a esses trabalhos foram de R\$470 mil (líquido de impostos).

Declaração da Diretoria Executiva

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e os Diretores da companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais - R\$

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ATIVOS CIRCULANTES						PASSIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	75.637	2.992	99.507	33.918	Fornecedores	14	6.748	5.648	30.990	33.773
Aplicações financeiras	6	578	-	85.924	81.994	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	72.331	36.238	80.539	52.512
Contas a receber	7 e 29	38.667	26.940	174.083	246.893	Obrigações sociais e salariais	16	16.376	10.065	69.511	62.564
Adiantamentos diversos	8	1.213	1.367	31.559	30.497	Obrigações tributárias	17	1.075	1.261	18.820	17.485
Dividendos a receber		54.717	59.768	-	-	Adiantamentos de clientes	18	-	-	16.881	17.528
Impostos e contribuições a recuperar	9	3.596	3.048	9.669	8.998	Parcelamento de impostos e contribuições	19	-	-	-	129
Derivativos	30	1.850	-	1.850	-	Títulos a pagar	20	-	-	13.330	11.141
Outros ativos circulantes		39	1.078	5.602	7.712	Dividendos a pagar		550	20.244	550	20.244
Total dos ativos circulantes		176.297	95.193	408.194	410.012	Derivativos		-	4.941	-	4.941
						Outros passivos circulantes		900	900	961	1.150
						Total dos passivos circulantes		97.980	79.297	231.582	221.467
ATIVOS NÃO CIRCULANTES						PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Realizável a longo prazo						Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	316.070	215.035	316.258	223.306
Contas a receber	7	-	-	-	137	Débitos com partes relacionadas	29	1.941	3.577	10	9
Adiantamentos diversos	8	-	-	7.233	11.599	Títulos a pagar	20	-	-	85.721	61.139
Depósitos judiciais	21	34	46	50.324	47.387	Parcelamento de impostos e contribuições	19	-	-	2.703	3.010
Créditos com partes relacionadas	29	9.446	9.891	9.524	333	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	44.543	38.441
Impostos e contribuições a recuperar	9	2.735	7.586	12.239	16.150	Provisão para riscos	21	805	1.309	97.856	88.280
Derivativos	30	901	-	901	-	Derivativos		-	2.616	-	2.616
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.584	1.584	1.584	1.584	Outros passivos não circulantes		2.125	3.023	2.548	3.443
Outros ativos não circulantes		850	349	37.332	30.043	Total dos passivos não circulantes		320.941	225.560	549.639	420.244
Investimentos	11	854.564	858.962	184	2.732	TOTAL DOS PASSIVOS		418.921	304.857	781.221	641.711
Imobilizado	12	9.871	6.771	301.823	246.119	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível	13	27.888	20.916	617.132	572.056	Capital social	22	496.411	496.411	496.411	496.411
Total dos ativos não circulantes		907.873	906.105	1.038.276	928.140	Reserva de capital	22	5.946	6.618	5.946	6.618
						Reserva de lucros	22	248.100	277.191	248.100	277.191
						Ações em tesouraria	22	(15.642)	(14.213)	(15.642)	(14.213)
						Ajuste de avaliação patrimonial	22	(69.566)	(69.566)	(69.566)	(69.566)
						Total do patrimônio líquido		665.249	696.441	665.249	696.441
TOTAL DOS ATIVOS		1.084.170	1.001.298	1.446.470	1.338.152	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.084.170	1.001.298	1.446.470	1.338.152

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

ANIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO****Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto o lucro básico e diluído por ação**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA LÍQUIDA	24	1.354	2.482	1.102.457	1.045.674
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	25	(25.980)	(23.298)	(707.141)	(646.541)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(24.626)	(20.816)	395.316	399.133
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	25	(2.012)	(2.218)	(96.664)	(84.210)
Gerais e administrativas	25	(1.858)	(2.432)	(259.260)	(228.186)
Resultado de equivalência patrimonial	11	45.217	123.474	(2.548)	(404)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	25	7.472	6.295	1.812	(160)
		48.819	125.119	(356.660)	(312.960)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		24.193	104.303	38.656	86.173
Resultado financeiro, líquido	27	(21.942)	(37.928)	(34.687)	(37.854)
LUCRO ANTES DE IMPOSTOS		2.251	66.375	3.969	48.319
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	10	-	18.777	(1.718)	36.833
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.251	85.152	2.251	85.152
Lucro líquido do exercício atribuível à Participação da controladora		2.251	85.152	2.251	85.152
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	22	0,03	1,07		
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	22	0,03	1,05		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO****Valores expressos em milhares de reais - R\$**

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores
					Reserva legal	Retenção de lucros	Ágio em transações de capital		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		496.411	6.533	(9.952)	14.420	197.846	(69.566)	-	635.692
Remuneração baseada em ações		-	85	-	-	-	-	-	85
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(7)	-	(20.223)	(20.230)
Reserva legal		-	-	-	4.258	-	-	(4.258)	-
Constituição reserva de lucros		-	-	-	-	60.671	-	(60.671)	-
Dividendos prescritos		-	-	-	-	3	-	-	3
Aquisição de ações para tesouraria	22	-	-	(4.261)	-	-	-	-	(4.261)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	85.152	85.152
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		496.411	6.618	(14.213)	18.678	258.513	(69.566)	-	696.441
Remuneração baseada em ações		-	(672)	-	-	-	-	-	(672)
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(534)	(534)
Reserva legal		-	-	-	113	-	-	(113)	-
Constituição reserva de lucros		-	-	-	-	1.604	-	(1.604)	-
Dividendos prescritos		-	-	-	-	14	-	-	14
Aquisição de ações para tesouraria	22	-	-	(32.251)	-	-	-	-	(32.251)
Cancelamento de ações ordinárias	22	-	-	30.822	-	(30.822)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	2.251	2.251
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		496.411	5.946	(15.642)	18.791	229.309	(69.566)	-	665.249

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

ANIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.251	85.152	2.251	85.152
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>2.251</u>	<u>85.152</u>	<u>2.251</u>	<u>85.152</u>
Resultado abrangente do exercício atribuível à Participação da controladora	2.251	85.152	2.251	85.152

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	2.251	85.152	2.251	85.152
Ajustes:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	46.319	46.169
Atualização (reversão) depósito judicial	7	(3)	(591)	(2.103)
Depreciação e amortização	9.783	8.076	54.320	51.294
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	65	91	809	425
Equivalência patrimonial	(45.217)	(123.475)	2.548	404
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento impostos	22.757	24.509	23.137	28.547
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	(476)	19	5.890	7.236
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	-	-	10.824	8.325
Receita com ajuste a valor presente e correção monetária FIES, Ampliar e Pravalor	-	-	(2.462)	(6.166)
Atualização de empréstimos a terceiros	-	-	(2.157)	(1.799)
Remuneração baseada em ações	4	12	(672)	85
Valor justo com derivativos	3.154	11.670	3.154	11.584
Aquisição (baixa) de acervo líquido	-	-	-	1.194
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	-	(18.777)	1.718	(36.833)
	(7.672)	(12.724)	145.088	193.514
Variação nos ativos e passivos operacionais:				
Redução (aumento) de contas a receber	(11.725)	(14.735)	30.934	(1.430)
Redução (aumento) de adiantamentos diversos	154	165	5.485	7.709
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(19)	(9)	(3.640)	(13.335)
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar	4.303	2.869	3.418	615
Redução (aumento) de outros ativos	537	(1.371)	(2.389)	(3.338)
(Redução) aumento de fornecedores	1.100	1.616	(2.173)	10.085
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salários	6.125	4.211	14.915	7.846
(Redução) aumento de adiantamento de clientes	-	-	(1.378)	(1.649)
(Redução) aumento de parcelamento de impostos e contribuições	-	-	(794)	710
(Redução) aumento de títulos a pagar	-	-	3.243	-
(Redução) aumento de provisão para riscos	(4)	-	(6.327)	(13.737)
(Redução) aumento de outros passivos	(944)	3.007	(1.084)	3.092
	(473)	(4.247)	40.210	(3.432)
Juros pagos	(17.370)	(28.169)	(19.551)	(32.816)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(15)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(25.515)	(45.140)	165.747	157.251
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Mútuos com partes relacionadas				
Concessões	(14.020)	(10.741)	(9.846)	(4.028)
Recebimentos	14.465	850	654	3.842
Aumento de capital em controlada	(71.436)	(53.747)	-	(3.136)
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos	-	(6)	(12.749)	-
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras	2.825	8.802	5.404	75.225
Rendimento de aplicações financeiras	(3.403)	(1.799)	(9.335)	(15.288)
Compra de ativo imobilizado	(4.004)	(3.641)	(87.222)	(53.589)
Compra de ativo intangível	(15.076)	(11.673)	(26.636)	(19.513)
Dividendos recebidos	124.583	219.088	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	33.934	147.133	(139.730)	(16.487)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Mútuos com partes relacionadas				
Captações	26.558	28.982	9	9
Amortizações	(28.194)	(25.427)	(7)	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures				
Captações	153.707	5.351	153.707	5.351
Amortizações	(33.166)	(77.793)	(48.545)	(100.381)
Ganho (perda) com derivativos	(2.214)	(29.565)	(1.647)	(29.565)
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas	-	-	(11.480)	(12.616)
Ações em tesouraria	(32.251)	(4.261)	(32.251)	(4.261)
Dividendos pagos	(20.214)	(4.951)	(20.214)	(4.951)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	64.226	(107.664)	39.572	(146.414)
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALÊNTES DE CAIXA	72.645	(5.671)	65.589	(5.650)
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.992	8.663	33.918	39.568
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	75.637	2.992	99.507	33.918
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	72.645	(5.671)	65.589	(5.650)

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO****Valores expressos em milhares de reais - R\$**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA					
Receita de produtos e serviços	24	1.514	2.775	1.139.720	1.074.448
Outras receitas		7.724	831	11.510	10.413
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	25	-	-	(46.319)	(46.169)
INSUMOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS					
Custo dos produtos e serviços		(175)	(158)	(17.652)	(12.847)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(6.327)	(1.942)	(218.081)	(181.508)
VALOR ADICIONADO BRUTO		2.736	1.506	869.178	844.337
Depreciação e amortização	25	(9.783)	(8.078)	(54.320)	(51.297)
VALOR ADICIONADO LIQUIDO		(7.047)	(6.572)	814.858	793.040
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	11	45.217	123.474	(2.548)	(404)
Receitas financeiras	27	14.454	2.694	39.990	38.166
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		52.624	119.596	852.300	830.802
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO		52.624	119.596	852.300	830.802
Pessoal					
Remuneração direta		9.877	8.610	452.171	420.412
Remuneração baseada em ações			11	(11)	83
Benefícios		449	436	26.969	26.164
FGTS		47	588	54.354	47.700
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		2.940	(16.263)	117.281	68.506
Estaduais		-	-	979	704
Municipais		148	90	38.666	31.375
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	27	36.396	40.622	74.677	76.020
Aluguéis		516	350	84.963	74.686
Remuneração de capitais próprios		2.251	85.152	2.251	85.152
Dividendos		534	20.223	534	20.223
Lucro líquido do exercício retido		1.717	64.929	1.717	64.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ÂNIMA HOLDING S.A., (“ÂNIMA” ou “Sociedade”), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (“B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão”), sob o código ANIM3 que tem por objeto a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas e a participação direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

- a) Administração de instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação.
- b) Prestação de serviços de ensino em nível fundamental, médio, superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisas.
- c) Organização de congressos, seminários, palestras, eventos culturais, edição e impressão de livros, jornais e outras publicações e serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão.
- d) Prestação de serviços de consultoria na área de inovação tecnológica, testes e análises técnicas, incluindo laboratório de calibração e ensaios elétricos, de metrologia, de materiais, de fundição e ferramentaria.

Através da AGE de 22 de fevereiro de 2018, foi aprovada a alteração do nome empresarial da Sociedade para ANIMA HOLDING S.A.

A controlada Instituto Mineiro de Educação e Cultura (“IMEC”), através da AGE de 11 de setembro de 2018, teve sua denominação social alterada para IEDUC-Instituto de Educação e Cultura S.A.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade estão sumariadas na nota explicativa nº 2.3.

Comparabilidade

A demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não inclui os resultados integrais das investidas Cesuc e Catalana, as quais passaram a ser consolidadas a partir de 1º de agosto de 2018, data nas quais foram adquiridas.

Portanto, a leitura das informações financeiras deve considerar esse aspecto.

Reestruturação Societária

ACAD – Em reunião realizada em 01 de janeiro de 2018, a única sócia aprovou a incorporação da GKT Treinamento Consultoria e Editora Ltda. (“ACAD”), pela HSM do Brasil S.A. (“HSM Brasil”) com o objetivo de simplificar a estrutura societária. A ACAD era uma entidade controlada integralmente pela HSM Brasil, portanto inexistiu substituição de

participação societária. Desta forma, não houve emissão de novas quotas e nem alteração do capital social. O acervo líquido incorporado foi de R\$ 1.703.

SOCIESC – Em 01 de janeiro de 2018, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a transformação da natureza jurídica da associação em sociedade simples limitada, consolidando o contrato social de forma que, a denominação da sociedade passou a ser “Sociedade Educacional de Santa Catarina – SOCIESC SS Ltda.”, tendo capital social fixado em R\$ 20 mil reais, integralizado mediante a conversão da contribuição associativa já realizada pelos associados. Em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2018, foi aprovada a conversão da Sociedade em sociedade empresária, que observará o tipo “sociedade anônima fechada”. Através da AGE de 01 de novembro de 2018 teve sua denominação social alterada para Sociedade de Educação Superior e Cultura S.A. Nesta mesma data, foi aprovada a cisão parcial da Companhia, nos termos do protocolo firmado pela diretoria, com versão da parcela cindida de seu patrimônio para a PGP Educação. O valor contábil do acervo cindido foi de R\$ 20.727, representado por terreno e prédio comercial. Tendo em vista que a Sociesc é controlada pela PGP Educação, não houve emissão de novas ações e nem alteração do capital social.

Ânima Participações – Em reunião realizada em 25 de abril de 2018, a única sócia aprovou a incorporação da Ânima Participações Ltda., pela ÂNIMA Holding S.A. com o objetivo de simplificar a estrutura societária. Desta forma, não houve emissão de novas ações e nem, tampouco, alteração do capital social. O acervo líquido incorporado foi de R\$ 842.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, identificadas como As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

2.3 Bases de consolidação em investimentos em controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade mantinha as seguintes controladas, diretas, indiretas e em conjunto e coligada:

Nome da controlada	Participação %	
	31/12/2018	31/12/2017
<u>Controladas diretas</u>		
Brasil Educação S.A. ("Brasil")	100	100
IEDUC-Instituto de Educação e Cultura S.A. ("IEDUC")	100	100
Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. ("Unimonte")	100	100
VC Network Educação S.A. ("VC Network")	100	100
Posse Gestão Patrimonial S.A. ("PGP Gestão")	100	100
HSM do Brasil S.A. ("HSM Brasil")	100	100
PGP Educação S.A. ("PGP Educação")	100	100
Ânima Participações Ltda.	-	100
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. ("SOBEPE")	100	100
<u>Controladas indiretas</u>		
UNA Gestão Patrimonial S.A. ("UNA GP")	100	100
Sociedade de Educação Superior e Cultura S.A. ("Sociesc")	100	100
GKT Treinamento, Consultoria e Editora Ltda. ("ACAD")	-	100
FACEB Educação Ltda. ("FACEB")	100	100
Instituto Politécnico de Ensino Ltda. ("Politécnico")	100	100
Instituto Ânima de Extensão Universitária	100	100
Cesuc Educação Ltda. ("Cesuc")	100	-
Sociedade Catalana de Educação Ltda. ("Catalana")	100	-
<u>Controlada em conjunto (<i>joint venture</i>)</u>		
Le Cordon Bleu Ânima Ltda. ("LCB") (*)	50	50
<u>Coligada</u>		
Universidade Virtual Brasileira ("UVB")	10	10

(*) Uma controlada em conjunto é um acordo através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre uma entidade e possuem direitos sobre os ativos. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes. Os resultados, os ativos e passivos são incorporados nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

2.4 Apresentação de relatórios por segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, que é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Sociedade.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais – R\$, que é a moeda funcional de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela Sociedade na preparação das demonstrações financeiras são descritas como segue:

- 3.1 Caixa e equivalentes de caixa - São representados pelos valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base *pro-rata temporis*, não superiores aos valores de realização.
- 3.2 Aplicações financeiras – São representadas pelos valores mantidos em fundos de investimento de renda fixa e CDBs com remuneração geralmente atrelada ao CDI os quais a Sociedade não pretende aplicar em sua atividade operacional. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base *pro-rata temporis*, não superiores aos valores de realização.
- 3.3 Contas a receber – São representadas pelos valores nominais dos títulos, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias em base *pro rata temporis*, deduzidos da provisão para perdas estimadas, que é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e pelo ajuste a valor presente calculado com base no saldo de contas a receber de longo prazo e de curto prazo quando relevante.
- 3.4 Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As controladas BRASIL, IEDUC, Unimonte, Sociesc, FACEB, Politécnico, Cesuc e Catalana calculam o imposto de renda e a contribuição social considerando ainda os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 456, especialmente ao Programa Universidade para Todos - PROUNI e, ainda, considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas. Sobre as receitas não isentas, o

imposto de renda e a contribuição social são calculados utilizando as alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente, sobre lucros tributáveis ajustados de acordo com legislação específica.

A despesa com imposto de renda e contribuição social é composta pelos impostos e contribuições correntes e diferidos.

- (i) Impostos e contribuições correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Sociedade e suas controladas conforme seu regime de tributação, e com base nas alíquotas e legislação vigente.
- (ii) Impostos e contribuições diferidas: são reconhecidos sobre diferenças temporárias ao final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos e existentes nas demonstrações financeiras e base fiscais correspondentes.
 - Diferidos ativos: a Sociedade e suas controladas reconhecem os impostos e contribuições diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, somente quando há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros e ou onde há reconhecimento de imposto diferido passivo.
 - Diferidos passivos: a Sociedade e suas controladas reconhecem os impostos e contribuições diferidos passivos sobre diferenças temporárias calculados sobre a reavaliação de imóveis e sobre a diferença entre o valor contábil e valor justo alocados em combinação de negócio.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

- 3.5 Investimentos nas demonstrações financeiras individuais - Representados por investimentos em empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores estão demonstrados na nota explicativa nº 11. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo.
- 3.6 Imobilizado - São demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimada dos bens, mencionadas na nota explicativa nº 12.

A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

- 3.7 Intangível - São demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que tem vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 13. Os ativos intangíveis

que não possuem vida útil definida são representados por marcas, patentes, licenças e ágio por rentabilidade futura os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios - Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio, e são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

- 3.8 Provisões - São reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

- 3.9 Créditos e débitos com partes relacionadas - Correspondem a direitos e obrigações que foram contraídas entre a Sociedade e suas partes relacionadas, oriundas de operações de empréstimos de mútuo, cujas condições financeiras destas operações são estabelecidas de comum acordo entre a Sociedade e as partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 29.

- 3.10 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - Estão apresentados pelos valores de realização/liquidação e pelos valores conhecidos ou estimados, e estão adicionados dos correspondentes encargos e incorporam os juros e demais encargos contratuais incorridos até a data dos balanços.

- 3.11 Capital social - É composto por ações ordinárias classificadas como patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

- 3.12 Custo de captação na emissão de títulos - os custos de transação incorridos na captação de recursos obtidos com a emissão de títulos patrimoniais são contabilizados em conta redutora de patrimônio líquido, deduzindo os eventuais efeitos fiscais. Na emissão de títulos de dívida, (debêntures), são contabilizados em conta redutora, sendo apropriado no resultado no mesmo prazo das debêntures.

- 3.13 Transações de capital - Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Controladora são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das

considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Sociedade.

3.14 Distribuição de dividendos - A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.15 Remuneração baseada em ações – A Sociedade e suas controladas instituem programas que incentivam seus colaboradores a adquirir ações da Sociedade. Caso os colaboradores mantenham as ações pelo período determinado no programa a Ânima concede 20% das ações, em bonificação pelas ações adquiridas e mantidas pelo colaborador. Este programa foi ofertado inicialmente em 2013 (já liquidado) e em 2016. Também são reconhecidos como remuneração baseada em ações, contratos pactuados com executivos sujeitos ao atingimento de metas financeiras, operacionais, etc. Vide nota explicativa nº 29.2

3.16 Lucro/prejuízo básico e diluído por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas controladores da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

3.17 Reconhecimento da receita - A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos comerciais concedidos e outras deduções similares.

As receitas relacionadas com a prestação de serviços são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente. Logo os adiantamentos recebidos são registrados no passivo e reconhecido como receita no momento da prestação de serviços.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando são transferidos o controle relacionado aos produtos vendidos.

Os valores das receitas podem ser estimados com segurança e são prováveis que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para a Sociedade e suas controladas.

3.18 Receita e despesa financeiras – As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação ao contas a receber, a Sociedade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, Cédula de Crédito Bancário - CCB, encargos sobre impostos parcelados, encargos de financiamentos concedidos a alunos e outros passivos financeiros, líquidas do desconto a valor presente das provisões, perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção

de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Método de juros efetivos:

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

- 3.19 Combinações de negócios - Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Sociedade. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, estes valores forem superiores à soma da contrapartida transferida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Sociedade.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Sociedade aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC – 09 (R1), a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

- 3.20 Ágio - O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Sociedade e suas controladas (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

3.21 Redução ao valor recuperável (*impairment*) - No fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.22 Ajuste a valor presente - Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e, (iii) reajustes somente por inflação, sem juros, são ajustados ao seu valor presente com base em taxa de mercado, sendo suas realizações reconhecidas no resultado do período.

3.23 Demonstração de valor adicionado ("DVA") - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como informação suplementar de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.24 Instrumentos financeiros - São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

- **Ativos financeiros não derivativos:** Os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas foram mensurados no momento em que foram originados como custo amortizado. A classificação dos ativos financeiros depende de sua natureza e finalidade e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

- (i) Custo amortizado - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros (inclusive contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, créditos com partes relacionadas, etc.) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do exercício.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

- **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas, foram mensurados no momento de seu reconhecimento inicial custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem os empréstimos, financiamentos,

debêntures, contas a pagar a fornecedores, títulos a pagar e débitos com partes relacionadas.

A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expirada.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

- (i) Empréstimos e financiamentos - São reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquido dos custos das transações. Na data do balanço está apresentado pelo seu reconhecimento inicial, deduzido da amortização das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescido dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.
 - (ii) Debêntures - São reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debêntures são classificadas como passivo não circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.
- Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de hedge. A Sociedade designou seus contratos de SWAP como hedge de valor justo, sendo as alterações no valor justo do empréstimo e do SWAP reconhecidos no resultado do exercício.

O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por hedge, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

- Instrumentos de patrimônio: Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade.

3.25 Estimativas contábeis - A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- Redução ao valor recuperável ("*impairment*") na estimativa do ágio, das marcas e do licenciamento: Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, marcas e licença, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração destes, por meio de uma metodologia conhecida como "*impairment test*". O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não houve perdas por deterioração do ágio, marcas e licença. Vide nota explicativa nº 13.
- Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: A Sociedade é ré em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todos os processos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Sociedade, a natureza dos processos e experiências passadas. A Administração acredita que essas provisões são suficientes e estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras. Vide nota explicativa nº 21.
- Provisão para perdas estimadas em crédito: É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas esperadas na realização das contas a receber decorrentes de suas atividades, considerando os riscos envolvidos. A Sociedade constitui mensalmente a provisão para perdas estimadas de crédito analisando os valores mensais dos recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso. Vide nota explicativa nº 7.

4. ADOÇÃO DAS NOVAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS)

4.1 Instrumentos Financeiros (IFRS 9 / CPC 48)

A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigência a norma a vigência do IFRS 9 / CPC 48 que substituiu a norma IAS 39 / CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração. As principais alterações foram:

- Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros;

- Redução ao valor recuperável (substituição do modelo de perdas incorridas para o modelo de perdas esperadas);
- Contabilidade de Hedge.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 9 / CPC 48 foram aplicadas desde 1º de janeiro de 2018 e não geraram efeitos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade e suas controladas em nenhuma das alterações mencionadas acima, exceto pela nova classificação dos ativos e passivos financeiros.

4.1.1 Classificação e Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

São três categorias de classificação para os ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. E para os passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

A classificação passou a ser baseada principalmente no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

Todos os outros ativos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados como mensurados ao custo amortizado.

4.1.2 Redução ao Valor Recuperável

O IFRS 9 / CPC 48 exige que a Sociedade faça uma avaliação com base em doze meses ou por toda vida do ativo financeiro e quando houver indicativo de perdas esperadas que esta seja registrada.

4.1.3 Contabilidade de Hedge

O IFRS 9 / CPC 48 trouxe novas possibilidades de aplicação das regras opcionais de contabilidade de hedge autorizando a designação de um maior número de relações de hedge entre os itens protegidos e os instrumentos de hedge.

Esta norma não tem impactos negativos sobre as estratégias de hedge já enquadradas pelas empresas em conformidade com as regras definidas na norma IAS 39 / CPC 38, exceto com relação as metodologias de efetividade.

4.2. Receita (IFRS 15 / CPC 47)

A Sociedade e suas controladas têm como principais receitas as mensalidades dos alunos, cursos *in company*, tickets para participação em eventos e vendas de mercadorias, todas são reconhecidas quando o produto ou serviço são transferidos para o cliente.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 15 / CPC 47 foram aplicadas desde 1º de janeiro de 2018 e não geraram alterações no reconhecimento das receitas da Sociedade e suas controladas, conforme avaliação efetuada dos cinco passos do novo modelo para reconhecimento da receita.

4.3. Novas Normas para Adoção em 2019

A adoção antecipada de normas, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2018.

4.3.1 IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e possui o objetivo de unificar o modelo de contabilização do arrendamento, onde os arrendatários reconhecem os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- Possua um valor do bem imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Sociedade e suas controladas, avaliaram os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma IFRS 16 / CPC 06 (R2). Essa avaliação foi segregada em etapas:

i) Levantamento dos contratos: a Sociedade e suas controlada realizaram levantamento dos contratos avaliando os tipos de contrato que se enquadram no escopo da norma e as possíveis isenções;

ii) Abordagem de transição: a Sociedade e suas controladas optaram pela abordagem de transição retrospectiva modificada, em função de não exigir a reapresentação de valores, não impactar no patrimônio líquido e o cálculo dos dividendos e possibilitar a utilização de expedientes práticos.

iii) Mensuração do passivo inicial e ativo inicial: dos contratos que foram escopo da norma, a Sociedade e suas controladas consideraram como componente de arrendamento apenas o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. Em 1º de janeiro de 2019, a mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos as renovatórias de acordo com a política interna da Sociedade, cujo prazo ocorre normalmente um ano antes do vencimento do contrato quando identificamos a “razoável certeza” da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente descontados conforme requerimento do IFRS 16/ CPC 06 (R2).

iv) Impactos na adoção inicial: na avaliação realizada pela Sociedade e suas controladas concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registrados como gastos com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos.

A Sociedade e suas controladas avaliaram os potenciais impactos da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/ IFRS 16 sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito acima. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar em decorrência dos fatores a seguir:

- A Sociedade e suas controladas não finalizaram os testes de avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- As novas políticas contábeis estão sujeitas a mudanças até a apresentação das demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Com base nas informações atualmente disponíveis, em 1º de janeiro de 2019, a Sociedade estima reconhecer ativo de direito de uso e passivo de arrendamento no valor entre R\$ 540 milhões e R\$ 610 milhões.

5. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIO

Com o objetivo de atender o plano de crescimento na região Oeste de Minas Gerais, Goiás e, expansão no estado de Santa Catarina, foram adquiridas as entidades Cesuc, Catalana e a manutenção de Jangada, as quais possibilitam a captura de sinergias, compartilhamento de melhores práticas, buscando sempre melhorar continuamente a qualidade de ensino por meio de integração e valorização das comunidades acadêmicas e do time de gestão.

5.1 Aquisição da Cesuc Educação Ltda. (Cesuc) e da Sociedade Catalana de Educação Ltda. (Catalana)

5.1.1 Contrapartidas transferidas

Pela aquisição, a “Brasil” desembolsará o montante total de R\$ 32.448, já ajustados pelo caixa líquido. Em 1º de agosto de 2018, data do fechamento da operação, o montante de R\$ 9.948 foi liquidado a título de entrada. O valor de R\$ 21.250 será liquidado em 05 parcelas anuais, corrigidas pela inflação, consoante a variação da média aritmética (IPCA, INPC e IGP-M), com vencimento da primeira parcela em 12 (doze) meses após a data do fechamento. A transação também prevê um pagamento de até R\$ 1.250 de *earn-out*, a serem pagos entre 2019 e 2021, conforme cumprimento de metas financeiras. O valor presente desta operação é de R\$29.952, calculado aplicando a taxa de desconto de 8,51% a.a.

5.1.2 Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A Sociedade e seus consultores finalizaram a apuração dos ativos e passivos a valor justo, e conseqüentemente o valor final do ágio decorrente da transação.

	Valor de livros	Ajustes ao ágio (i)	Ajustes de aquisição (ii)	Valor Justo
<u>Ativos</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	370	-	-	370
Outros ativos circulantes	1.162	-	-	1.162
Imobilizado	1.571	-	-	1.571
Intangível:				
Carteira de clientes	-	-	3.729	3.729
Licença	-	-	6.407	6.407
<u>Passivos</u>				
Outros passivos circulantes	1.375	454	-	1.829
IR/CS diferido passivo	-	-	3.446	3.446
Ativos líquidos adquiridos	1.728	(454)	6.690	7.964

(i) Valores referentes a saldos de provisão de férias, 13º e IR/CS anteriores a data da compra, não reconhecidos no balanço de abertura, e que foram reconhecidos em novembro de 2018 como ajuste ao ágio.

(ii) O valor alocado em carteira de clientes tem uma vida útil estimada em 4,4 anos, e o valor alocado em licença tem vida útil indefinida.

5.1.3 Ágio gerado na aquisição

	<u>01/08/2018</u>
	<u>Valor adquirido</u>
Contrapartida a ser transferida na aquisição	29.952
(-) Valor justo de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados	<u>(7.964)</u>
Ágio gerado na aquisição (estimativa preliminar)	<u><u>21.988</u></u>

Foi gerado ágio na aquisição da Cesuc e Catalana, resultado da contrapartida paga pelo negócio que efetivamente inclui valores relativos aos ganhos a serem obtidos com sinergia, crescimento futuro das receitas, desenvolvimento futuro de mercados, atestado de capacidade técnica e mão de obra. Estes benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio por não atenderem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

5.1.4 Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

	<u>01/08/2018</u>
Contrapartidas pagas em caixa	9.948
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>(370)</u>
Desembolso líquido de caixa	<u><u>9.578</u></u>

5.2 Aquisição da Manutenção da FACULDADE JANGADA

5.2.1 Contrapartidas transferidas

Pela aquisição, a "PGP Educação" desembolsará o montante total de R\$ 7.771, já ajustados pelo caixa líquido. Em 1º de agosto de 2018, data do fechamento da operação, o montante de R\$ 3.171 foi liquidado a título de entrada. O valor restante de R\$ 4.600 será liquidado em 04 parcelas anuais, corrigidas anualmente pela média aritmética dos índices (IPCA e IGP-M), com vencimento da primeira parcela em 12 (doze) meses após a data do fechamento. O valor presente desta operação é de R\$7.352, calculado aplicando a taxa de desconto de 8,51% a.a.

5.2.2 Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A Sociedade e seus consultores finalizaram a apuração dos ativos e passivos a valor justo, e conseqüentemente o valor final do ágio decorrente da transação.

	Valor de livros	Ajustes de aquisição (i)	Valor Justo
<u>Ativos</u>			
Contas a receber	589	-	589
Imobilizado	1.098	-	1.098
<u>Intangível:</u>			
Software	12	-	12
Carteira de clientes	-	72	72
Licenças	-	3.165	3.165
<u>Passivos</u>			
Obrigações sociais e salariais	492	1.101	1.593
Ativos líquidos adquiridos	<u>1.207</u>	<u>2.136</u>	<u>3.343</u>

i) O valor alocado em carteira de clientes tem uma vida útil estimada em 3,5 anos, e o valor alocado em licença tem vida útil indefinida.

5.2.3 Ágio gerado na aquisição da Manutença

	01/08/2018
	<u>Valor adquirido</u>
Contrapartida a ser transferida na aquisição	7.352
(-) Valor patrimonial de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados	<u>(3.343)</u>
Ágio gerado na aquisição (Estimativa preliminar)	<u>4.009</u>

Foi gerado ágio na aquisição da manutenção da Jangada, resultado da contrapartida paga pelo negócio que efetivamente inclui valores relativos aos ganhos a serem obtidos com sinergia, crescimento futuro das receitas, desenvolvimento futuro de mercados, atestado de capacidade técnica e mão de obra. Estes benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio por não atenderem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

5.2.4 Saída de caixa líquida na aquisição da Manutença

	01/08/2018
Contrapartidas pagas em caixa	3.171
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	-
Desembolso líquido de caixa	<u>3.171</u>

5.3 Aquisição da Manutenção da FACULDADE FACED

5.3.1 Contrapartidas transferidas

Em 21 de dezembro de 2018, a "Sociesc" firmou instrumento particular de transferência de manutenção com a Sociedade Dom Bosco de Educação e Cultura Ltda. ("Faced"). Pela aquisição, a "Sociesc" desembolsará o montante total de R\$ 5.500. Em 21 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 2.800 foi liquidado a título de antecipação. O valor restante de R\$ 2.700 será liquidado da seguinte forma: primeira parcela de R\$ 300 com vencimento em 12 (doze) meses após a data do fechamento, corrigido pelo IPCA, e, 04 parcelas anuais de R\$ 600, corrigidas anualmente pelo IPCA, com vencimentos a cada período de 12 (doze) meses após a data do vencimento da primeira parcela.

Os resultados econômicos e o controle das atividades pertencerão a "Faced" até 31 de dezembro de 2018 e serão transferidas a "Sociesc" a partir de 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá o registro e transferência do acervo de bens materiais e imateriais.

6. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	724	68	17.007	5.488
Aplicações financeiras - Operações	74.913	2.924	82.500	28.430
Total do caixa e equivalentes de caixa	<u>75.637</u>	<u>2.992</u>	<u>99.507</u>	<u>33.918</u>
Aplicações financeiras - Investimento	578	-	85.924	81.994
Total das aplicações financeiras	<u>578</u>	<u>-</u>	<u>85.924</u>	<u>81.994</u>

As aplicações financeiras – operações, são classificadas na categoria de instrumentos financeiros como custo amortizáveis. São representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB), os quais possuem rentabilidade entre 99,00% a 100,00% do CDI, variando conforme o prazo de permanência dos recursos em conta, todos de liquidez imediata. As aplicações financeiras – investimento são representadas por fundos de investimentos, cuja rentabilidade dos últimos doze meses esteve entre 95,98% e 101,65% do CDI.

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber mensalidades (a)	205.719	179.748
FIES - Financiamento estudantil (b)	32.508	144.997
Financiamentos (Ampliar e Pravalor) (c)	28.766	12.879
Eventos	12.727	9.017
Aluguéis, serviços e outros	21.556	13.276
Total	<u>301.276</u>	<u>359.917</u>
Provisão para perdas estimadas - Demais contas a receber (d)	(103.712)	(92.324)
Provisão para perdas estimadas - FIES (e)	<u>(23.481)</u>	<u>(20.563)</u>
Total	<u>(127.193)</u>	<u>(112.887)</u>
Total geral contas a receber	<u>174.083</u>	<u>247.030</u>
Ativo circulante	174.083	246.893
Ativo não circulante	-	137

A Sociedade e suas controladas adotam como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de dois anos, embora continuem os esforços para seu recebimento.

- (a) Referem-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos.
- (b) Referem-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, líquidas do ajuste a valor presente (somente em 31 de dezembro de 2017) e comissões (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro). O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores através de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo ainda estes créditos serem recomprados pelo Fundo. Em dezembro de 2015 a Sociedade, por meio da ABRAES (Associação Brasileira para o desenvolvimento da Educação Superior), firmou acordo judicial onde MEC (Ministério da Educação) e FNDE assumiram o compromisso de repassar integralmente o saldo remanescente devido em três parcelas corrigidas monetariamente por índice de inflação: 25% do saldo até 30 de junho de 2016, 25% do saldo até 30 de junho de 2017 e 50% do saldo até 30 de junho de 2018. As parcelas recebidas compreendem o montante de R\$ 202.599. O ajuste a valor presente foi calculado sobre o saldo de contas a receber que compõe o acordo celebrado, cujos valores a vencer foram trazidos a valor presente à taxa de 3,2% a.a. (livre de risco), e foi revertido de forma proporcional aos saldos e datas de repasse acordados.
- (c) Referem-se a mensalidades financiadas através dos programas Ampliar (operado diretamente pela Sociedade) e Pravalor (operado pela empresa Ideal Invest), líquidos do ajuste a valor presente, onde o aluno paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado até completar o dobro do tempo do curso. As taxas de financiamento podem variar entre 0 e 5% a.a. conforme a modalidade do programa escolhida pelo aluno, mais correção pela inflação. O ajuste a valor presente é calculado sobre o saldo de contas a receber trazido a valor presente pela taxa de 6,51% a.a. (média da remuneração das aplicações financeiras).
- (d) A Sociedade e suas controladas constituem provisão para perdas estimadas através de uma análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerado o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro em um cenário conservador. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente provisionada. A administração da Sociedade avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de

provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país.

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, a Sociedade avaliou a capacidade de recebimento da carteira dos financiamentos Ampliar e Pravalor e concluímos que estávamos subestimando-a, por este motivo revisamos os percentuais de perda por faixa de atraso. Para a administração da Sociedade, a atual provisão é compatível com nossas perdas estimadas.

- (e) As controladas da Sociedade constituem provisões para perdas estimadas para os valores gerados no âmbito do FIES. Para contratos não cobertos pelo FGEDUC e os 10% dos contratos cobertos pelo FGEDUC, é constituída uma provisão de 6% sobre o valor financiado.

O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme segue no quadro abaixo, onde também são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras por faixa de vencimento utilizados na política da Sociedade:

	Consolidado				
	31/12/2018				
	Saldo do contas a receber	Provisão para perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
FIES					
A vencer	32.508	-	-	32.508	18,67%
Perda de crédito FIES	-	(23.481)	-	(23.481)	(13,49%)
Cartão de crédito	21.780	-	-	21.780	12,51%
A vencer	69.175	(5.899)	8,53%	63.276	36,35%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	55.463	(13.823)	24,92%	41.640	23,92%
De 91 a 180 dias	27.130	(10.290)	37,93%	16.840	9,67%
De 181 a 360 dias	42.450	(26.568)	62,59%	15.882	9,12%
De 361 a 720 dias	52.770	(47.132)	89,32%	5.638	3,24%
Total	<u>301.276</u>	<u>(127.193)</u>	<u>42,22%</u>	<u>174.083</u>	<u>100%</u>

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

	Consolidado				
	31/12/2017				
	Saldo do contas a receber	Provisão para perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
FIES					
A vencer	144.997	-	-	144.997	58,70%
Perda de crédito FIES	-	(20.563)	-	(20.563)	(8,32%)
Cartão de crédito	8.111	-	-	8.111	3,28%
A vencer	54.012	(8.837)	16,36%	45.175	18,29%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	50.773	(12.199)	24,03%	38.574	15,62%
De 91 a 180 dias	27.403	(11.867)	43,31%	15.536	6,29%
De 181 a 360 dias	29.788	(18.991)	63,75%	10.797	4,37%
De 361 a 720 dias	44.833	(40.430)	90,18%	4.403	1,78%
Total	<u>359.917</u>	<u>(112.887)</u>	<u>31,36%</u>	<u>247.030</u>	<u>100%</u>

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	112.887	112.573
Provisão para crédito de liquidação duvidosa do exercício	46.319	46.169
Combinação de negócio manutenção Jangada	158	-
Títulos baixados no exercício (i)	(32.171)	(45.855)
Saldo final	<u>127.193</u>	<u>112.887</u>

(i) Refere-se a títulos baixados vencidos há mais de dois anos.

8. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aluguel (a)	-	-	14.444	18.240
Fornecedores	749	834	5.825	6.275
Funcionários	464	533	15.763	16.117
Pagamento antecipado aquisição	-	-	2.760	1.076
Outros	-	-	-	388
Total	<u>1.213</u>	<u>1.367</u>	<u>38.792</u>	<u>42.096</u>
Ativo circulante	1.213	1.367	31.559	30.497
Ativo não circulante	-	-	7.233	11.599

- (a) Refere-se a adiantamento de aluguel das unidades da Brasil, IEDUC, Sociesc e Politécnico.

Segue cronograma de compensação dos adiantamentos de aluguéis:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	5.131
2020	5.215	5.429
2021	753	659
Após 2021	1.265	380
Total	<u>7.233</u>	<u>11.599</u>

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRRF (a)	3.728	3.238	11.552	10.653
PIS/COFINS/CSLL	118	105	4.306	3.382
Antecipação de IRPJ (b)	-	-	2.040	2.071
Antecipação de CSLL (b)	-	-	340	425
Outros (c)	2.485	7.291	3.670	8.617
Total	<u>6.331</u>	<u>10.634</u>	<u>21.908</u>	<u>25.148</u>
Ativo circulante	3.596	3.048	9.669	8.998
Ativo não circulante	2.735	7.586	12.239	16.150

- (a) Refere-se principalmente a Imposto de Renda retido sobre as aplicações financeiras.

- (b) Referem-se principalmente a valores a compensar, relativos às antecipações de imposto de renda e contribuição social da controlada UNA, dos exercícios de 2000 e 2001, para o qual um pedido de restituição foi protocolado junto a RFB (Receita Federal do Brasil).

- (c) Refere-se principalmente a crédito de saldo negativo de imposto de renda e contribuição social dos anos de 2012 e 2014 constituídos por cancelamento de PERDCOMP para inclusão no PRT (Programa de Regularização Tributária - MP 766 - IN 1.687, efetuados em 2017).

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

10.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo - A Sociedade e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre esses créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. A controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$189.419(R\$144.169 em 31 de dezembro de 2017) e no consolidado temos o montante de R\$334.636 (R\$248.306 em 31 de dezembro de 2017) não sujeitos a prazo prescricional. Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo registrou imposto de renda diferido ativo nos montantes de R\$ 13.793, sendo R\$ 4.625 sobre diferenças temporárias e R\$9.168 sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, o qual foi limitado a 30% do imposto de renda diferido passivo registrado nas respectivas empresas. Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo registrou imposto de renda diferido ativo no montante de R\$ 684, sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, mantendo a limitação à 30% do imposto de renda diferido passivo registrado nas respectivas empresas.

Sendo assim, em 31 de dezembro de 2018, a controladora possui R\$ 1.584 de imposto de renda diferido ativo e no consolidado, R\$ 14.477, sendo R\$ 1.584 apresentado no ativo não circulante e R\$ 12.893 apresentado pelo líquido, no passivo não circulante.

Segue abaixo a movimentação do saldo do crédito tributário diferido ativo:

	Consolidado			
	Saldo inicial	Movimentação		Saldo final
	31/12/2017	Constituição de crédito tributário	Compensação imposto diferido passivo	31/12/2018
Imposto de renda	1.165	503	(503)	1.165
Contribuição social	419	181	(181)	419
Total	1.584	684	(684)	1.584

	Consolidado					
	Saldo inicial	Movimentação			Saldo final	
	31/12/2016	Constituição de crédito tributário	Compensação parcelamento PRT	Compensação parcelamento PERT	Compensação imposto diferido passivo	31/12/2017
Imposto de renda	-	22.889	(11.076)	(1.671)	(8.977)	1.165
Contribuição social	-	8.240	(3.988)	(601)	(3.232)	419
Total	-	31.129	(15.064)	(2.272)	(12.209)	1.584

Passivo - Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:

(i) Impostos e contribuições calculados sobre a reavaliação dos imóveis realizada em 2007 e do custo atribuído dos imóveis realizada em 2009. O saldo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$4.636 (R\$4.674 em 31 de dezembro de 2017).

(ii) Impostos e contribuições calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos alocados em combinação de negócios na aquisição, que dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada na alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados. O saldo do imposto de renda diferido passivo em 31 de dezembro de 2018 é R\$39.274 (R\$44.069 em 31 de dezembro de 2017).

(iii) Impostos e contribuições calculado sobre a parcela dos ágios amortizados para fins fiscais. O saldo em 31 de dezembro de 2018 é R\$13.526 (R\$1.907 em 31 de dezembro de 2017).

(iv) Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do imposto de renda diferido passivo está apresentado líquido dos créditos tributários no montante de R\$ 12.893 (R\$12.209 em 31 de dezembro de 2017).

A movimentação dos saldos passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi como segue:

	Consolidado					Saldo final 31/12/2018
	Saldo inicial 31/12/2017	Movimentação				
	Combinação de negócio	Efeito de (amortização)/ constituição de imposto diferido sobre a mais valia	Baixa por incorporação (i)	Compensação com Imposto diferido ativo		
Imposto de renda	28.266	3.343	7.883	(6.237)	(503)	32.752
Contribuição social	10.175	1.204	2.838	(2.245)	(181)	11.791
Total	38.441	4.547	10.721	(8.482)	(684)	44.543

	Consolidado					Saldo final 31/12/2017
	Saldo inicial 31/12/2016	Movimentação				
	Combinação de negócio	Efeito de (amortização)/ constituição de imposto diferido sobre a mais valia	Baixa	Compensação com Imposto diferido ativo		
Imposto de renda	38.367	2.973	(214)	(3.883)	(8.977)	28.266
Contribuição social	13.813	1.069	(77)	(1.398)	(3.232)	10.175
Total	52.180	4.042	(291)	(5.281)	(12.209)	38.441

(i) Baixa da obrigação diferida passiva pela incorporação da ACAD e incorporação da parte cindida da Sociesc (Imóvel).

10.2. Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes de IR e CS	2.251	66.375	3.969	48.319
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	(765)	(22.568)	(1.349)	(16.428)
Ajustes ao resultado:				
Equivalência patrimonial	15.374	41.981	(866)	(137)
Incentivo fiscal - PROUNI	-	-	27.759	43.026
Créditos tributários não constituídos	(11.540)	(19.695)	(29.002)	(26.326)
Créditos tributários constituídos de exercícios anteriores	-	1.577	(144)	13.793
Créditos tributário utilizado para quitação de parcelamento (a)	-	17.193	-	17.336
Baixa de imposto diferido gerado em combinação de negócio por incorporação	-	-	8.482	5.281
Outras adições e exclusões	(3.069)	289	(6.598)	288
Imposto de renda e contribuição social calculado	-	18.777	(1.718)	36.833
IR e CS corrente no resultado do exercício	-	-	(163)	132
IR e CS diferido no resultado do exercício	-	18.777	(1.555)	36.701
Ativo	-	18.777	684	31.261
Passivo	-	-	(2.239)	5.572

(a) A Sociedade e sua controlada Unimonte constituíram crédito tributário diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, que foram utilizados para quitação dos parcelamentos PRT e PERT.

11. INVESTIMENTOS

Os investimentos nas sociedades controladas e controlada em conjunto estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora			Controladora		
	31/12/2018			31/12/2017		
	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação
Controladas:						
Ativo:						
IEDUC	101.386	80.986	100%	100.845	84.506	100%
Brasil Educação	464.925	14.013	100%	479.954	44.244	100%
BR Educação	-	-	-	-	(17.680)	-
Unimonte	46.597	(176)	100%	43.305	(2.682)	100%
PGP Gestão	41.510	(10.785)	100%	39.260	(4.364)	100%
VC Network	85	3	100%	82	5	100%
HSM Brasil	64.168	(1.673)	100%	64.792	13.315	100%
PGP Educação	70.768	(34.600)	100%	62.207	6.542	100%
Ânima Participações	-	-	-	842	(4)	100%
SOBEPE	(4)	(2)	100%	(2)	-	100%
Valor justo alocado	29.919	(1)		29.919	(4)	
Ágio (goodwill)	35.026	-		35.026	-	
Sub-total	<u>854.380</u>	<u>47.765</u>		<u>856.230</u>	<u>123.878</u>	
Controlada em conjunto:						
Ativo:						
LCB	184	(2.548)	50%	2.732	(404)	50%
Sub-total	<u>184</u>	<u>(2.548)</u>		<u>2.732</u>	<u>(404)</u>	
Total	<u>854.564</u>	<u>45.217</u>		<u>858.962</u>	<u>123.474</u>	

As informações de quantidade de ações/quotas estão demonstradas a seguir:

	Quantidade de ações/cotas possuídas	
	31/12/2018	31/12/2017
Controladas diretas:		
IEDUC	8.789.479	8.789.479
Brasil	4.617.056	4.586.219
VC Network	4.023.145	4.023.145
Unimonte	25.943.670	25.840.970
PGP Gestão	928.084	705.784
HSM Brasil	2.595.847	2.595.847
PGP Educação	498.891	431.891
Ânima Participações	-	848.347
Sobepe	1.100	1.100
Controladas indiretas:		
Una Gestão	32.564	32.564
Sociesc	58.364.333	2
FACEB	7.698.000	30.000
ACAD	-	100.000
Instituto Politécnico	23.105.417	14.883.417
Instituto Anima de Extensão Universitária	10.000	10.000
Cesuc	8.800	-
Catalana	300.000	-
Controlada em conjunto:		
LCB	3.135.800	3.135.800
Coligada		
UVB - Universidade Virtual Brasileira	46.950	46.950

As demonstrações financeiras das controladas e controlada em conjunto estão demonstradas a seguir:

31/12/2018

	Controladas diretas								Controlada em conjunto
	IEDUC	Brasil	VC Network	Unimonte	PGP Gestão	(*) HSM Brasil	PGP Educação	SOBEPE	LCB
Balço patrimonial									
Ativo circulante	79.691	167.646	85	16.331	14.133	23.171	31.383	1	6.315
Ativo não circulante	83.751	452.076	-	44.784	78.528	84.081	199.515	-	8.968
Passivo circulante	48.592	105.014	-	7.002	18.180	12.620	42.952	5	4.915
Passivo não circulante	13.464	49.783	-	7.516	32.971	9.720	117.178	-	10.000
(-) Controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	184
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	101.386	464.925	85	46.597	41.510	84.912	70.768	(4)	184
Resultado									
Receita líquida	240.097	556.275	-	51.360	64.814	60.391	129.520	-	4.012
Custo de serviços prestados	(122.140)	(367.584)	-	(32.022)	(41.370)	(30.877)	(113.603)	-	(2.689)
Despesas operacionais	(41.505)	(163.797)	-	(16.895)	(28.172)	(30.806)	(51.455)	(2)	(5.835)
Resultado financeiro	4.534	(4.114)	3	(2.514)	(6.473)	387	(4.568)	-	(584)
IR/CS diferido/corrente	-	(6.767)	-	(105)	416	(768)	5.506	-	-
Participação em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	2.548
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>80.986</u>	<u>14.013</u>	<u>3</u>	<u>(176)</u>	<u>(10.785)</u>	<u>(1.673)</u>	<u>(34.600)</u>	<u>(2)</u>	<u>(2.548)</u>

(*) O saldo do patrimônio líquido da HSM Brasil, contempla o ágio alocado no valor de R\$20.744, demonstrado abaixo no quadro de movimentação do investimento da controladora na coluna de valor justo alocado.

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2017	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Baixa de investimento	Saldo em 31/12/2018
IEDUC	100.845	2.403	80.986	(1)	(82.847)	-	101.386
Brasil	479.954	7.653	14.013	(9)	(36.686)	-	464.925
VC Network	82	-	3	-	-	-	85
Unimonte	43.305	3.468	(176)	-	-	-	46.597
PGP Gestão	39.260	13.035	(10.785)	-	-	-	41.510
HSM Brasil (*)	64.792	1.050	(1.673)	(1)	-	-	64.168
PGP Educação (*)	62.207	43.827	(34.600)	(666)	-	-	70.768
Ânima Partic. (**)	842	-	-	-	-	(842)	-
SOBEPE	(2)	-	(2)	-	-	-	(4)
LCB	2.732	-	(2.548)	-	-	-	184
Valor justo alocado	29.919	-	(1)	1	-	-	29.919
Ágio	<u>35.026</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35.026</u>
Total	<u>858.962</u>	<u>71.436</u>	<u>45.217</u>	<u>(676)</u>	<u>(119.533)</u>	<u>(842)</u>	<u>854.564</u>

	Controladora								
	Saldo em 31/12/2016	Adição	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Realocação de ágio e valor justo	Distribuição de dividendos	Juros sobre capital próprio	Saldo em 31/12/2017
IEDUC	97.683	-	-	84.506	2	-	(80.306)	(1.040)	100.845
Brasil	484.739	-	7.802	44.244	62	-	(56.893)	-	479.954
VC Network	77	-	-	5	-	-	-	-	82
Unimonte	40.245	-	5.739	(2.682)	3	-	-	-	43.305
PGP Gestão	25.822	-	17.802	(4.364)	-	-	-	-	39.260
HSM Brasil (*)	-	-	1.020	13.315	2	-	-	50.455	64.792
PGP Educação (*)	-	-	3.350	6.542	(8)	-	-	52.323	62.207
BR Educação (*)	75.368	-	22.700	(17.680)	12	22.378	-	(102.778)	-
Ânima Partic. (**)	-	6	840	(4)	-	-	-	-	842
SOBEPE	-	(2)	-	-	-	-	-	-	(2)
LCB	-	-	3.136	(404)	-	-	-	-	2.732
Valor justo alocado	52.301	-	-	(4)	-	(22.378)	-	-	29.919
Ágio	35.026	-	-	-	-	-	-	-	35.026
Total	811.261	4	62.389	123.474	73	-	(137.199)	(1.040)	858.962

(*) Em 31 de março de 2017 a HSM Brasil e a PGP Educação eram investidas diretas da BR Educação. Em 1 de novembro de 2017 foi aprovada a cisão total da BR Educação com a versão das parcelas cindidas de seu patrimônio para as sociedades HSM Brasil e PGP Educação.

(**) Em 25 de abril de 2018, a Ânima Participações foi incorporada pela Ânima Holding.

12. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Controladora			
		31/12/2018		31/12/2017	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Computadores e periféricos	20%	5.309	(3.309)	2.000	1.327
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	4.797	(1.055)	3.742	3.671
Edificações	4%	2.139	(36)	2.103	-
Móveis e utensílios	10%	1.672	(538)	1.134	1.128
Máquinas e equipamentos	10%	842	(240)	602	460
Outros	10% e 20%	540	(440)	100	118
Imobilizado em andamento	-	190	-	190	67
Total		15.489	(5.618)	9.871	6.771

	Taxas anuais de depreciação	Consolidado			
		31/12/2018			31/12/2017
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,86% a 10%	149.585	(47.992)	101.593	73.627
Edificações	1,43% a 4%	48.363	(4.723)	43.640	42.655
Terrenos	-	28.396	-	28.396	28.396
Máquinas e equipamentos	10%	83.898	(55.717)	28.181	23.973
Biblioteca e videoteca	10%	46.451	(26.492)	19.959	20.250
Móveis e utensílios	10%	58.725	(35.486)	23.239	17.677
Computadores e periféricos	20%	60.444	(45.154)	15.290	12.570
Outros	10% e 20%	47.820	(22.658)	25.162	16.754
Imobilizado em andamento	-	16.363	-	16.363	10.217
Total		540.045	(238.222)	301.823	246.119

A movimentação do ativo imobilizado da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora						
	Saldo líquido em 31/12/2017	Adições	Depreciações	Transfêrência	Acervo Incorporado	Reclassificação	Saldo líquido em 31/12/2018
Computadores e periféricos	1.327	618	(785)	-	840	-	2.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.671	1	(441)	-	-	511	3.742
Edificações	-	2.139	(36)	-	-	-	2.103
Móveis e utensílios	1.128	163	(157)	-	-	-	1.134
Máquinas e equipamentos	460	218	(76)	-	-	-	602
Outros	118	34	(52)	-	-	-	100
Imobilizado em andamento	67	831	-	(197)	-	(511)	190
Total	6.771	4.004	(1.547)	(197)	840	-	9.871

	Controladora				
	Saldo líquido em 31/12/2016	Adições	Depreciações	Reclassificação	Saldo líquido em 31/12/2017
Computadores e periféricos	2.150	731	(714)	-	1.327
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.844	-	(307)	2.134	3.671
Móveis e utensílios	683	568	(123)	-	1.128
Máquinas e equipamentos	261	249	(52)	2	460
Outros	161	39	(82)	-	118
Imobilizado em andamento	149	2.054	-	(2.136)	67
Total	5.248	3.641	(1.278)	-	6.771

Consolidado								
	Saldo líquido em 31/12/2017	Adições	Combinação de negócio (iii)	Baixas	Depreciações	Transferências	Reclassificação	Saldo líquido em 31/12/2018
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	73.627	11	-	(12)	(12.089)	-	40.056	101.593
Edificações	42.655	2.225	-	(15)	(1.225)	-	-	43.640
Terrenos	28.396	-	-	-	-	-	-	28.396
Máquinas e equipamentos	23.973	7.817	915	(31)	(4.506)	-	13	28.181
Biblioteca e videoteca	20.250	2.233	431	(2)	(3.075)	-	122	19.959
Móveis e utensílios	17.677	8.135	724	(32)	(3.265)	-	-	23.239
Computadores e periféricos	12.570	8.400	46	(163)	(5.656)	-	93	15.290
Outros	16.754	11.620	553	(16)	(3.720)	(197)	168	25.162
Imobilizado em andamento (ii)	10.217	46.781	-	(183)	-	-	(40.452)	16.363
Total	246.119	87.222	2.669	(454)	(33.536)	(197)	-	301.823

Consolidado								
	Saldo líquido em 31/12/2016	Adições	Combinação de negócio	Baixas	Depreciações	Transferências	Reclassificação	Saldo líquido em 31/12/2017
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	63.363	-	-	(6)	(9.210)	29	19.451	73.627
Edificações	46.738	-	(2.800)	-	(1.283)	-	-	42.655
Terrenos	28.396	-	-	-	-	-	-	28.396
Máquinas e equipamentos	22.136	5.830	-	(44)	(4.062)	70	43	23.973
Biblioteca e videoteca	19.443	3.665	-	(12)	(2.842)	2	(6)	20.250
Móveis e utensílios	15.401	5.065	-	(19)	(2.832)	62	-	17.677
Computadores e periféricos	12.887	4.959	-	(101)	(5.014)	(161)	-	12.570
Outros	10.976	8.486	-	-	(2.705)	(3)	-	16.754
Imobilizado em andamento (ii)	4.190	25.584	-	(32)	-	(37)	(19.488)	10.217
Total	223.530	53.589	(2.800)	(214)	(27.948)	(38)	-	246.119

(i) Os gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se a melhorias nos Campi das controladas da Sociedade com intuito de ampliar as estruturas e prover maior conforto aos alunos.

(ii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente aos desembolsos efetuados pelas controladas da Sociedade na construção e ampliação de suas unidades de ensino, que após a conclusão das obras são transferidos para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começam a sofrer depreciação.

(iii) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes do ajuste da combinação de negócios proveniente das aquisições de Jangada, Cesuc e Catalana.

12.1. Ativos cedidos em garantia

A Sociedade e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dados em garantia em processos judiciais. Foram oneradas as edificações do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$69.933 (R\$71.051 em 31 de dezembro de 2017) em tais processos.

13. INTANGÍVEL

		Controladora			
		31/12/2018		31/12/2017	
Taxas anuais de amortização	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido	Intangível líquido
Softwares	20%	51.449	(23.561)	27.888	20.916
Total		51.449	(23.561)	27.888	20.916

		Consolidado			
		31/12/2018		31/12/2017	
Taxas anuais de amortização	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido	Intangível líquido
Ágio (a)		344.613	-	344.613	318.616
Marcas e patentes (b)		143.116	-	143.116	143.116
Licença (c)		76.992	-	76.992	67.421
Carteira de clientes (d)	22% a 60%	42.204	(36.864)	5.340	5.636
Acordo de não competição	12%	2.098	(617)	1.481	1.728
Mailing list	38%	533	(533)	-	-
Total		609.556	(38.014)	571.542	536.517
Softwares	20%	78.211	(45.019)	33.192	26.874
Desenv. conteúdo EAD	33%	19.560	(10.386)	9.174	8.032
Credenciamento MEC	33%	3.124	(972)	2.152	633
Cessão de Uso	20%	1.113	(41)	1.072	-
Outros	10% a 20%	5.352	(5.352)	-	-
Total		107.360	(61.770)	45.590	35.539
Total do intangível		716.916	(99.784)	617.132	572.056

(a) Refere-se ao ágio pago na aquisição do IEDUC, HSM Brasil, PGP Educação, USJT, Sociesc, FACEB, ACAD, Politécnico, Cesuc, Catalana e Mantenças da Jangada, que não foram alocados em ativos identificados, conforme laudos de avaliação. Conforme critérios definidos pela Interpretação Técnica ICPC 09 (R2), o ágio registrado na controladora, deve ser reclassificado para o intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Refere-se a valores pagos pela aquisição das marcas "UNA", "UNI-BH", "HSM", "USJT" e "SOCIESC", para as quais a Sociedade possui o direito de manutenção (credenciamento concedido pelo Ministério da Educação, que credencia o funcionamento das instituições de ensino superior) através de suas investidas.

(c) Refere-se a parte de licenças pago na aquisição da USJT, Sociesc, FACEB, Cesuc, Catalana, Politécnico e Jangada para as quais a Sociedade possui o direito de manutenção através de suas investidas.

(d) Refere-se à parte da carteira de clientes pago na aquisição das manutenções do IEDUC, HSM, USJT, Sociesc, FACEB, ACAD, Politécnico, Cesuc, Catalana e na aquisição das manutenções da UNA Betim e Jangada.

A movimentação da controladora é:

	Controladora					Saldo líquido em 31/12/2018
	Saldo líquido em 31/12/2017	Adições (i)	Baixas	Transferências	Amortização	
	Softwares	20.916	15.076	(65)	197	
Total	20.916	15.076	(65)	197	(8.236)	27.888

	Controladora				Saldo líquido em 31/12/2017
	Saldo líquido em 31/12/2016	Adições (i)	Baixa	Amortização	
	Softwares	16.132	11.673	(91)	
Total	16.132	11.673	(91)	(6.798)	20.916

A movimentação consolidada é:

	Consolidado							Saldo líquido em 31/12/2018
	Saldo líquido em 31/12/2017	Adições	Baixa	Transfe- rência	Amorti- zação	Recla- ssifi- cação	Combina- ção de negócio (i)	
	Ágio	318.616	-	-	-	-	-	
Marcas e patentes	143.116	-	-	-	-	-	-	143.116
Licença	67.421	-	-	-	-	-	9.571	76.992
Carteira de clientes	5.636	-	-	-	(4.098)	-	3.802	5.340
Acordo de não competição	1.728	-	-	-	(247)	-	-	1.481
Softwares	26.874	16.934	(76)	197	(10.574)	(175)	12	33.192
Desenv. conteúdo EAD	8.032	6.382	(2)	-	(4.971)	(267)	-	9.174
Credenciamento MEC	633	2.207	(277)	-	(766)	355	-	2.152
Cessão de uso	-	1.113	-	-	(41)	-	-	1.072
Outros	-	-	-	-	(87)	87	-	-
Total	572.056	26.636	(355)	197	(20.784)	-	39.382	617.132

	Consolidado						Saldo líquido em 31/12/2017
	Saldo líquido em 31/12/2016	Adições	Baixa	Transfe- rencia	Amortização	Combinação de negócio (i)	
	Ágio	330.844	-	-	(7.263)	-	
Marcas e patentes	143.116	-	-	-	-	-	143.116
Licença	55.595	-	-	7.263	-	4.563	67.421
Carteira de clientes	10.450	-	-	-	(10.048)	5.234	5.636
Acordo não competição	-	-	-	-	(370)	2.098	1.728
Softwares	22.770	14.553	(176)	-	(10.273)	-	26.874
Desenv. conteúdo EAD	5.878	4.505	(35)	38	(2.354)	-	8.032
Credenciamento MEC	327	455	-	-	(149)	-	633
Outros	152	-	-	-	(152)	-	-
Total	569.132	19.513	(211)	38	(23.346)	6.930	572.056

- (i) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes do ajuste da combinação de negócios proveniente da aquisição de Jangada, Cesuc e Catalana.

13.1 Intangíveis identificados em aquisições

Parte dos ágios pagos na aquisição de controladas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado											Total
	31/12/2018											
	IEDUC	USJT	HSM	PGP EDU	SOCIESC	FACEB	ACAD	Poli- técnico	Cesuc e Cata- lana	Janga- da	Ou- tras	
Intangíveis amortizáveis:												
Carteira de clientes	-	-	-	-	-	638	736	164	3.730	72	-	5.340
Acordo de não competição	-	-	-	-	-	1.481	-	-	-	-	-	1.481
Total	-	-	-	-	-	2.119	736	164	3.730	72	-	6.821
Intangíveis não amortizáveis:												
Marcas e patentes	24.380	34.900	59.872	-	21.160	-	-	-	-	-	2.804	143.116
Licença	-	54.600	-	-	3.787	7.255	-	1.779	6.406	3.165	-	76.992
Ágio	<u>29.825</u>	<u>174.445</u>	<u>4.318</u>	<u>17.052</u>	<u>45.104</u>	<u>28.721</u>	<u>2.283</u>	<u>16.867</u>	<u>21.988</u>	<u>4.009</u>	<u>1</u>	<u>344.613</u>
Total	54.205	263.945	64.190	17.052	70.051	35.976	2.283	18.646	28.394	7.174	2.805	564.721
Total Geral	54.205	263.945	64.190	17.052	70.051	38.095	3.019	18.810	32.124	7.246	2.805	571.542

13.2 Alocação de intangíveis não amortizáveis às Unidades Geradoras de Caixa

O ágio, licenças, marcas e patentes foram alocados, para fins de teste de redução ao valor recuperável, às Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), identificadas de acordo com o segmento operacional, conforme detalhado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Ensino	481.196	445.628
Outros negócios	83.525	83.525
	<u>564.721</u>	<u>529.153</u>

Em 31 de dezembro de 2018, ágio, marcas, licenças foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (“*impairment*”):

- (i) Para a UGC de Educação, estimamos o valor recuperável com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração que está amparado pelo histórico financeiro da companhia, além da taxa de desconto de 13,6% ao ano, que foi embasada em premissas bibliográficas e ponderadas com premissas de mercado. O cálculo considera 10 anos de projeção de fluxo específico, adicionado um valor de perpetuidade com crescimento de 3,8% ao ano. A inflação média considerada foi de 3,9% ao ano. A Administração acredita que nenhum tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso desta UGC foram:

- Crescimento da receita para os exercícios de 2019 a 2028 de 7,8% ao ano com base em nosso plano de negócio que considera: a) Campus Maduros, nos quais já temos cursos mais consolidados e por consequente uma limitação de espaço e perspectivas de crescimento conservadoras; b) Campus em amadurecimento, que já passaram por investimentos iniciais e estão em fase de expansão; c) Campus recém-criados em que se estima conforme *Business Plan* e perspectivas de mercado estimativas de crescimento mais arrojadas.
 - Crescimento dos gastos a uma taxa de 6,6% ao ano considerando ganhos de escala que serão obtidos com a maturação conforme cenários supracitados de acordo com a estrutura de cada unidade.
- (ii) Para a UGC de Outros Negócios, o valor recuperável foi determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e a taxa de desconto de 14,4% ao ano, baseado nos cálculos realizados tendo em consideração as premissas bibliográficas. As projeções explícitas foram elaboradas para o período de nove anos, compreendido entre 2019 e 2027. O valor residual após o sétimo ano foi calculado considerando o conceito de perpetuidade e sua taxa de crescimento foi ajustada de acordo com expectativa de longo prazo para o crescimento da economia e do negócio. Essa taxa foi estimada em 5,0% ao ano que representa a inflação de longo prazo do IPCA e metade do crescimento real estimado para o PIB.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso desta UGC foram:

- Crescimento da receita para os exercícios de 2019 a 2027 de 8,9% ao ano com base em nosso plano de negócio que considera: a) Crescimento moderado de nossa unidade de negócio relacionada a eventos, b) Expansão com ganhos de *market share* e consolidação da unidade de negócio de educação corporativa, passando a atender também um público de média gerência, antes atendido pela ACAD e c) Expansão e consolidação da unidade de negócio digital relacionado à curadoria de conteúdo, aproveitando os materiais desenvolvidos nos eventos, as reportagens da Revista HSM e de livros editados com o selo HSM.
- Crescimento dos gastos a uma taxa de 6,8% ao ano considerando ganhos de escala que serão obtidos com a maturação das atividades, os ganhos de escala pela absorção das atividades da ACAD.

A Administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de *impairment* por não recuperabilidade em 31 de dezembro de 2018.

14. FORNECEDORES

Composto substancialmente por aluguéis, fornecedores de informática, serviços, materiais de consumo e obras de infraestrutura. O saldo em aberto na controladora e consolidado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é, respectivamente, de R\$ 6.748 (R\$5.648 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 30.990 (R\$33.773 em 31 de dezembro de 2017).

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures (a)	6.232	149.331	155.563	-	-	-
Bradesco	-	-	-	1.077	-	1.077
Santander	5.988	20.968	26.956	6.144	24.827	30.971
Caixa Geral	-	-	-	627	-	627
IFC	28.457	113.795	142.252	3.637	139.080	142.717
Outros empréstimos	2.854	10.974	13.828	417	9.061	9.478
Moeda estrangeira						
Itaú - Linha 4131	28.800	21.002	49.802	24.336	42.067	66.403
Total	72.331	316.070	388.401	36.238	215.035	251.273

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures (a)	6.232	149.331	155.563	-	-	-
Banco do Brasil	5.465	-	5.465	5.478	5.455	10.933
Bradesco	1.746	-	1.746	7.173	1.644	8.817
Santander	5.988	20.968	26.956	9.552	24.827	34.379
Caixa Geral	-	-	-	627	-	627
IFC	28.457	113.795	142.252	3.637	139.080	142.717
Outros empréstimos	3.851	11.162	15.013	1.709	10.233	11.942
Moeda estrangeira						
Itaú - Linha 4131	28.800	21.002	49.802	24.336	42.067	66.403
Total	80.539	316.258	396.797	52.512	223.306	275.818

- (a) Em 21 de maio de 2018, o Conselho de Administração aprovou a 1ª emissão de debêntures simples da Sociedade, ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando o montante de R\$150.000 não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de um spread equivalente a 1,00% a.a. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 meses, o pagamento do principal possui uma carência de 24 meses, após este período será amortizado trimestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 29 de maio de 2020, já o pagamento dos juros ocorrerá anualmente nos dois primeiros anos e a partir de 29 de maio de 2020 trimestralmente.

As debêntures emitidas pela Sociedade, requerem manutenção de índices financeiros, calculados sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, a partir de 31 de dezembro de 2018:

Consolidado	
	31/12/2018
Dívida Líquida:	
Empréstimos e financiamentos CP e LP	396.797
(-) caixa e equivalentes de caixa	99.507
(-) Investimentos de curto prazo	85.924
	<u>211.636</u>
Resultado Financeiro:	
Receita financeiras	39.990
(-) despesas financeiras	74.677
	<u>(34.687)</u>
EBITDA Ajustado:	
Lucro líquido	2.251
(+) Tributos sobre lucro	1.718
(+) Resultado financeiro	34.687
(+) Depreciação, amortização e exaustão	54.320
(+) Equivalência Patrimonial	<u>2.548</u>

Consolidado

	<u>31/12/2018</u>
(=) EBITDA	95.524
(+) Juros e multas recebidas sobre mensalidades	11.214
(+) Gastos de natureza não recorrente	62.645
	169.383

Liquidez Corrente:

Ativo circulantes	408.194
(/) Passivo circulante	231.582
	1,8

	<u>31/12/2018</u>
• Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA ajustado, que deverá ser menor ou igual a 3,0 vezes	1,2
• Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA ajustado pelo resultado financeiro, que deverá ser maior ou igual a 1,3 vezes;	4,9
• Índice de liquidez corrente, que deverá ser maior ou igual a 1,0.	1,8

A Sociedade monitora estes índices periodicamente e tem confirmado o atendimento das premissas contratuais estabelecidas, conforme demonstrado acima.

Em 30 de maio de 2018, depois de cumpridas as condições contratuais, foi liberado o montante total das debêntures, R\$150.000. Os recursos líquidos captados serão utilizados para reforço do capital de giro da Sociedade e para investimentos em bens de capital, nos termos do estatuto social.

O saldo apresentado está líquido de seu custo de captação, que será apropriado no mesmo prazo das debêntures.

As principais condições estabelecidas em contrato são como segue:

		Consolidado			
Garantias		Taxa média de juros (anual)	Índice	Data de início	Data de término
Debêntures	Fiança da Brasil Educação	1%	CDI	29/05/2018	29/05/2023
Capital de giro moeda nacional	25% a 100% dos recebíveis de alunos e aval cruzado com empresas do grupo	1,80% a 3,59%	CDI	31/01/2013	29/05/2023
Capital de giro moeda estrangeira	Notas promissórias e aval cruzado com empresas do grupo	2,78%	USD(*)	26/08/2015	26/08/2020
IFC	Alienação fiduciária das cotas e recebíveis da Brasil Educação (USJT); aval de todas as subsidiárias; compromisso de permanência específica de 5 diretores e 1 acionista com participação mínima de 25% do capital social na data da contratação.	1,49%	CDI	12/05/2016	15/03/2024
Outros empréstimos	Fiança bancária e aval cruzado com empresas do grupo / 100% dos bens adquiridos com o financiamento / 30% dos recebíveis de alunos	7,00% a 19,42%	-	10/05/2015	15/01/2026
Outros empréstimos	100% dos bens adquiridos com o financiamento	3,50%	TJLP	04/12/2013	15/12/2023

(*) A Sociedade gerencia seu risco de volatilidade cambial através de instrumentos de SWAP, conforme descrito na nota 30.1 item (c), onde há o detalhamento das taxas e indexadores dos empréstimos captados para capitais de giro em moeda estrangeira suavizados pela troca por CDI mais taxas fixas de 2,40% a.a.

Os empréstimos e financiamentos referem-se, basicamente, a capital de giro utilizado para financiar as operações da Sociedade e de suas controladas.

A Sociedade e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") definidas contratualmente, em 31 de dezembro de 2018, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Liquidez corrente (i)	> 1,2
Dívida financeira líquida/EBITDA (ii)	< 2,75
EBITDA/Despesa financeira líquida (iii)	> 1,3

(i) Liquidez corrente = Ativo circulante dividido pelo passivo circulante.

(ii) Dívida financeira líquida = Somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos menos saldo de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras.

(iii) EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

As análises supracitadas têm periodicidade trimestral e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade e suas controladas atenderam todas as cláusulas restritivas mencionadas acima.

Os montantes registrados no passivo não circulante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018		31/12/2018	
	Cronograma de Pagamento	Valor Nominal	Cronograma de Pagamento	Valor Nominal
2020	90.138	115.742	90.195	115.807
2021	80.674	97.916	80.718	97.964
2022	80.674	93.047	80.718	93.093
Após 2022	64.584	76.149	64.627	76.194
Total	<u>316.070</u>	<u>382.854</u>	<u>316.258</u>	<u>383.058</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017		31/12/2017	
	Cronograma de pagamento	Valor nominal	Cronograma de pagamento	Valor nominal
2019	57.508	77.572	65.589	98.216
2020	48.998	66.683	49.056	77.512
2021	32.172	43.913	32.216	52.518
Após 2021	76.357	94.117	76.445	137.704
Total	<u>215.035</u>	<u>282.285</u>	<u>223.306</u>	<u>365.950</u>

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALARIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários	2.706	2.706	16.918	16.781
Provisão de férias	6.361	5.815	32.749	31.583
INSS	2.162	1.058	10.974	9.982
FGTS	417	392	3.527	3.444
Outros	4.730	94	5.343	774
Total	<u>16.376</u>	<u>10.065</u>	<u>69.511</u>	<u>62.564</u>

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRRF	891	1.063	12.368	12.141
ISS	1	40	4.725	4.042
PIS e COFINS	139	102	925	706
Outros	44	56	802	596
Total	1.075	1.261	18.820	17.485

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos de alunos (a)	10.985	8.352
Faturamento antecipado de clientes (b)	3.977	4.734
Projetos de pesquisa (c)	1.919	3.121
Outros	-	1.321
Total	16.881	17.528

- (a) Referem-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito Pravaler, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Ideal Invest S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre a Ideal Invest S.A. e o aluno, este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravaler. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravaler faz o repasse antecipado de aproximadamente 90% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Sociedade, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.
- (b) Referem-se principalmente a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.
- (c) Referem-se a recursos provenientes de convênios firmados entre empresas governamentais e a Brasil, UNIMONTE e IEDUC para cobertura dos custos na execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e capacitação científica e tecnológica. Esses adiantamentos são reconhecidos à medida que esses projetos são incorridos, possuindo a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
CEMIG	910	1.531
FAPEMIG	388	494
Embaixada Britânica	405	405
Petrocoque	151	151
Apexbrasil	-	468
Settaport	50	50
Outros	15	22
Total Geral	<u>1.919</u>	<u>3.121</u>

19. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
FGTS (a)	2.703	2.718
Outros parcelamentos	-	421
Total	<u>2.703</u>	<u>3.139</u>
Passivo circulante	-	129
Passivo não circulante	2.703	3.010

(a) FGTS: Referem-se a parcelamentos de FGTS das controladas Unimonte e IEDUC com a Caixa Econômica Federal. A partir de julho de 2015 a Unimonte recolheu os valores remanescentes através de depósito judicial, uma vez que a controlada está aguardando a Caixa Econômica Federal passar a lista dos colaboradores que ainda possuem valores a depositar de FGTS.

20. TÍTULOS A PAGAR

	Índice de Correção	Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017
Aquisição da Sociesc	INPC	32.718	32.391
Aquisição da FACEB	Média INPC, IGPM e IPCA	23.409	21.959
Aquisição da Cesuc e Catalana	Média INPC, IGPM e IPCA	20.696	-
Aquisição do Politécnico	TR	14.567	17.013
Aquisição Manutença da Jangada	Média IGPM e IPCA	4.341	-
Aquisição da ACAD	INPC	3.320	917
Total		99.051	72.280
Passivo circulante		13.330	11.141
Passivo não circulante		85.721	61.139

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	9.788
2020	16.443	9.342
2021	16.150	8.550
2022	12.680	7.136
2023	8.427	3.681
Após 2023	32.021	22.642
Total	85.721	61.139

21. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Sociedade e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante órgãos governamentais e tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo matéria tributária, trabalhista e civil.

A Administração acompanha o andamento dos processos e, com base na opinião de seus assessores legais (internos e externos) e políticas internas, para todos os processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, é constituída provisão para riscos, incluindo principal e encargos.

Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas controladas, são garantidos por contrato pelos vendedores, que preveem o ressarcimento destes valores caso a Sociedade e suas controladas desembolsem algum valor em relação a estes processos. Estes valores compõem a provisão para riscos em R\$ 11.385, sendo R\$ 11.204 de processos trabalhistas e R\$ 181 de processos cíveis.

	Provisão para riscos			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisões trabalhistas (a)	805	1.309	41.965	35.829
Provisões tributárias (b)	-	-	49.305	49.304
Provisões cíveis (c)	-	-	6.586	3.147
Total	805	1.309	97.856	88.280

A movimentação das provisões da controladora foi como segue:

	31/12/2017	Reversão	Pagamentos	Atualização	Compensação de depósitos judiciais	31/12/2018
Trabalhista (a)	1.309	(508)	(4)	32	(24)	805
Total	1.309	(508)	(4)	32	(24)	805

	31/12/2016	Reversão	Atualização	31/12/2017
Trabalhista (a)	1.290	(69)	88	1.309
Total	1.290	(69)	88	1.309

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	31/12/2017	Adições/Reversão	Adição INSS (d)	Pagamentos	Atualização	Reclassificação	Compensação depósitos judiciais	Contingencias vendedores	31/12/2018
Trabalhistas (a)	35.829	437	8.518	(4.694)	108	26	(1.064)	2.805	41.965
Tributárias (b)	49.304	112	-	(111)	-	-	-	-	49.305
Cíveis (c)	3.147	5.233	-	(1.522)	-	-	(230)	(42)	6.586
Total	88.280	5.782	8.518	(6.327)	108	26	(1.294)	2.763	97.856

	31/12/2016	Combinação de Negócio	Adições/Reversão	Pagamentos	Atualização	Reclassificação	Compensação depósitos judiciais	Compensação (e)	Contingencias vendedores	31/12/2017
Trabalhistas (a)	31.912	-	1.156	(4.808)	497	502	(1.829)	-	8.399	35.829
Tributárias (b)	56.000	(2.800)	3.192	(1.415)	-	-	-	(5.673)	-	49.304
Cíveis (c)	10.561	-	2.391	(7.514)	-	-	(2.514)	-	223	3.147
Total	98.473	(2.800)	6.739	(13.737)	497	502	(4.343)	(5.673)	8.622	88.280

- (a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamações, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas, e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação sobre as legislações.
- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se principalmente aos riscos de lides com o fisco referente a discussões e interpretações da legislação tributária vigente, nas esferas administrativa e judicial. Na aquisição da Sociesc a Sociedade assumiu a discussão de passivos tributários relativos a questionamentos do Fisco sobre a imunidade tributária da Sociesc. Na opinião dos assessores legais que acompanham tal demanda judicial o risco de perda inerente à mesma é "possível", o que não ensejaria o provisionamento em uma situação normal. No entanto, seguindo os requerimentos dos parágrafos 23 e 56 do CPC 15, que regulam a avaliação de contingências em combinações de negócio, tal demanda foi avaliada a valor justo no montante de R\$ 49.100 e será mantida assim registrada, a menos que a opinião dos assessores legais passe a indicar risco de perda "provável" que seja superior a tal montante ou que a demanda transite em julgado favoravelmente à Sociesc, eventos que ensejarão respectivamente complemento ou reversão de tal provisão.
- (c) As provisões cíveis referem-se principalmente a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, em relação à cobrança, indenizações dentre outras.
- (d) Esta provisão refere-se a diferença da cota patronal de INSS recolhida de forma gradual conforme determinação da Lei 11.096/2005 para as entidades que aderirem ao programa ProUni e transformação da entidade sem fins lucrativos para com fins lucrativos. Esta provisão está sendo recolhida através de depósito judicial e está contabilizada no resultado na rubrica "despesas com pessoal".
- (e) Compensação referente adesão do PRT (Programa de Regularização Tributária – MP 766 – IN 1687).

Processos classificados como possíveis:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	24.214	22.056
Tributários	165.346	157.929
Cíveis	19.667	25.015
Total	<u>209.227</u>	<u>205.000</u>

Também existem alguns processos classificados como possíveis existentes antes da aquisição que possuem as mesmas garantias mencionadas nas contingências provisionadas. Os valores compõem as contingências possíveis no total de R\$ 5.781, sendo R\$ 5.402 de processos trabalhistas e R\$ 379 de processos cíveis.

Os depósitos judiciais estão apresentados no ativo não circulante e assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas (a)	34	46	23.268	12.672
Tributários (b)	-	-	21.165	20.107
Cíveis (c)	-	-	5.891	14.608
Total	<u>34</u>	<u>46</u>	<u>50.324</u>	<u>47.387</u>

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	31/12/2017	Adições	Resgate	Compensação contingência	Atualização/reversão	31/12/2018
Trabalhistas	12.672	12.487	(823)	(1.064)	(4)	23.268
Tributários	20.107	10	(11)	-	1.059	21.165
Cíveis	14.608	585	(8.608)	(230)	(464)	5.891
Total	<u>47.387</u>	<u>13.082</u>	<u>(9.442)</u>	<u>(1.294)</u>	<u>591</u>	<u>50.324</u>

	31/12/2016	Adições	Resgate	Compensação contingência	Atualização/reversão	31/12/2017
Trabalhistas	11.521	3.214	(602)	(1.829)	368	12.672
Tributários	16.590	2.066	-	-	1.451	20.107
Cíveis	8.181	8.694	(37)	(2.514)	284	14.608
Total	<u>36.292</u>	<u>13.974</u>	<u>(639)</u>	<u>(4.343)</u>	<u>2.103</u>	<u>47.387</u>

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é composto por 78.556.015 (80.944.571 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ambas correspondentes a R\$496.411, cuja composição é como segue:

	Ações Ordinárias	
	31/12/2018	31/12/2017
Total de ações em circulação	77.632.254	79.756.582
Ações em tesouraria	<u>923.761</u>	<u>1.187.989</u>
Total geral de ações	<u>78.556.015</u>	<u>80.944.571</u>

b) Reservas de capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o saldo da reserva de capital é de R\$ 5.946 (R\$6.618 em 31 de dezembro de 2017). O saldo refere-se principalmente à constituição de remuneração baseada em ações, conforme descrito na nota explicativa nº 29.2

c) Ações em tesouraria

Durante os meses de janeiro a setembro de 2018 a Sociedade recomprou 2.126.700 ações ordinárias no montante de R\$ 32.251 (270.900 ações ordinárias no montante de R\$ 4.261 em 2017) a um custo médio de R\$ 15,01 reais, com o objetivo de maximizar a geração de valor para o acionista.

Em 13 de setembro de 2018, o conselho de administração aprovou o cancelamento de 2.388.556 ações mantidas em tesouraria; encerrou o programa de recompra aprovado em 07 de maio de 2018 e, aprovou novo programa de aquisição de ações de emissão da Companhia com limite de aquisição de até 2.443.870 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O valor baixado referente ao cancelamento das ações foi de R\$ 30.822 em contrapartida a reserva de lucros.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de ações em tesouraria é de 923.761 ações ordinárias no montante de R\$15.642 (1.187.989 ações ordinárias no montante de R\$ 14.213 em 31 de dezembro de 2017).

d) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

A Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício até 20% do capital social, optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital ultrapassam 30% do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o saldo de reserva legal é de R\$ 18.791 (R\$ 18.678 em 31 de dezembro de 2017).

(ii) Reserva de retenção de lucros

É representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal, dos dividendos mínimos obrigatórios. Conforme estatuto social da Sociedade estes valores aguardam liberação da assembleia para sua destinação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o saldo da reserva de retenção de lucros é de R\$ 229.309 (R\$ 258.513 em 31 de dezembro de 2017).

e) Dividendos

Conforme o estatuto social da Sociedade é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, diminuídos da reserva legal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade registrou um montante de R\$ 534 (R\$ 20.223 em 31 de dezembro de 2017) a serem confirmados por deliberação pela assembleia geral dos acionistas.

f) Ajuste de avaliação patrimonial - Ágio em transação de capital

Em dezembro de 2012, a Sociedade adquiriu ações de suas controladas pertencentes aos acionistas não controladores, por meio de contrato de compra e venda. A diferença entre o valor pago e o valor patrimonial das ações (ágio) da operação descrita acima foi reconhecida no patrimônio líquido.

g) Lucro por ação

Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Sociedade deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Sociedade e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuíveis a esses titulares de ações ordinárias.

(i) Lucro básico por ação:

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Lucro do exercício	2.251	85.152
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	78.823	79.882
Lucro básico por ação ordinária - R\$	<u>0,03</u>	<u>1,07</u>

(ii) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade tem apenas um instrumento com efeito diluidor, referente a contrato de bonificação de até 900 mil ações da Sociedade, atreladas ao atingimento de metas conforme descrito na nota explicativa nº 29.2

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Lucro do exercício atribuível aos acionistas controladores	2.251	85.152
Quantidade média ponderada de ações	78.823	79.882
Média ponderada do número de ações (em milhares) - diluído	900	900
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	79.723	80.782
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,03</u>	<u>1,05</u>

23. PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI

O Programa tem como foco a concessão de bolsas de estudos a estudantes, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até três salários-mínimos, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

Assim, mediante a assinatura do termo de adesão e em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, as controladas da Sociedade oferecem bolsas integrais e parciais de acordo com os critérios de seleção estabelecidos pela legislação do PROUNI, beneficiando-se das isenções fiscais do imposto de renda, contribuição social, COFINS e PIS, conforme artigo 8º da Lei nº 11.096/2005, citada acima. Esta isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação. Esta isenção é renovada semestralmente através da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.

O número de bolsas oferecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está de acordo com as regras do PROUNI relacionadas ao mínimo de alunos por vaga, conforme determinado pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

24. RECEITA LÍQUIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de produtos e serviços	1.514	2.775	1.591.356	1.299.447
Receita FIES líquida	-	-	263.447	335.921
Descontos em mensalidades	-	-	(688.368)	(535.462)
Impostos sobre faturamento	(160)	(293)	(37.263)	(28.770)
Comissões (a)	-	-	(27.172)	(27.974)
Ajuste a valor presente	-	-	457	2.512
Receita líquida	<u>1.354</u>	<u>2.482</u>	<u>1.102.457</u>	<u>1.045.674</u>

(a) Referem-se a comissão retida pelos financiamentos FIES (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro), Pravalor e polos EAD.

Os descontos em mensalidade são compostos por descontos concedidos pelas controladas da Sociedade, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Gratuidade PROUNI	(226.450)	(241.216)
Bolsas e descontos concedidos	(426.602)	(267.504)
Pós-graduação	(5.678)	(3.966)
Convênios com empresas	(12.604)	(8.068)
Devoluções, abatimentos e outros	(17.034)	(14.708)
Total	<u>(688.368)</u>	<u>(535.462)</u>

25. RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Propaganda e publicidade	(2.012)	(2.218)	(50.346)	(38.041)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7)	-	-	(46.319)	(46.169)
Impostos e taxas	(724)	(280)	(3.767)	(2.953)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 21)	476	(19)	(5.890)	(7.236)
Outras receitas operacionais	7.724	6.593	3.017	3.019
Receita com aluguel de salas e lojas	-	-	8.448	7.005
Despesas com pessoal (a)	(12.610)	(11.653)	(634.804)	(584.525)
Despesas com serviços de terceiros (b)	(2.915)	(3.167)	(79.107)	(66.253)
Despesas com aluguel e ocupação	(675)	(392)	(110.131)	(95.713)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 12)	(1.547)	(1.278)	(33.536)	(27.948)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 13)	(8.236)	(6.798)	(20.784)	(23.346)
Manutenção	(42)	(333)	(17.283)	(16.994)
Deslocamentos	(541)	(1.274)	(14.913)	(15.479)
Outras receitas (despesas) líquidas	(1.276)	(834)	(55.838)	(44.464)
Total	(22.378)	(21.653)	(1.061.253)	(959.097)
Classificadas como:				
Custo dos produtos e serviços	(25.980)	(23.298)	(707.141)	(646.541)
Despesas comerciais	(2.012)	(2.218)	(96.664)	(84.210)
Despesas gerais e administrativas	(1.858)	(2.432)	(259.260)	(228.186)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	7.472	6.295	1.812	(160)

(a) O montante registrado em despesas com pessoal inclui salários e encargos previdenciários.

(b) O montante registrado em serviços de terceiros refere-se substancialmente a consultoria, tecnologia da informação, segurança patrimonial e mão de obra terceirizada.

Os valores de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, conforme apresentado na Demonstração do Valor Adicionado, estão acima apresentados nas contas: serviços de terceiros, manutenção, deslocamentos, ocupação e outras.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

A Administração da Sociedade organiza o Grupo com base nos dois diferentes segmentos de serviços prestados como segue:

- Ensino - Atividade atrelada às controladas Brasil, IEDUC, UNA, Unimonte, PGP Educação, Sociesc, FACEB, Politécnico, Cesuc e Catalana que atuam na prestação de serviços educacionais ofertando cursos de ensino em nível fundamental, médio e

superior e de aperfeiçoamento profissional incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância.

- b) Outros Negócios - Atividade desenvolvida pelas controladas HSM do Brasil, Brasil e Sociesc focadas no desenvolvimento de líderes empresariais e de empresas através de congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in-company*, publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, cursos preparatórios para a OAB, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, prestação de serviços de testes e análises técnicas, laboratórios de calibração e ensaios elétricos, de metrologia, de materiais, de fundição e ferramentaria.

A alocação de ativos e despesas através de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Sociedade, não traz benefício adicional na análise e gerenciamento do negócio e por esse motivo tais gastos não são alocados. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

	31/12/2018			Total
	Consolidado			
	Ensino	Outros Negócios	Parcela não alocada	
RECEITA LÍQUIDA	1.023.998	78.459	-	1.102.457
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(663.702)	(43.439)	-	(707.141)
LUCRO BRUTO	<u>360.296</u>	<u>35.020</u>	-	<u>395.316</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(83.949)	(10.006)	-	(93.955)
Gerais e administrativas	(110.578)	(31.127)	-	(141.705)
Resultado de equivalência patrimonial Corporativo	-	(2.548)	-	(2.548)
Outras (despesas) receitas operacionais	2.020	(1.172)	-	848
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>167.789</u>	<u>(9.833)</u>	<u>(119.300)</u>	<u>38.656</u>
Resultado financeiro	(3.480)	387	-	(3.093)
Resultado financeiro corporativo	-	-	(31.594)	(31.594)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	<u>164.309</u>	<u>(9.446)</u>	<u>(150.894)</u>	<u>3.969</u>
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	(6.013)	(768)	5.063	(1.718)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	<u>158.296</u>	<u>(10.214)</u>	<u>(145.831)</u>	<u>2.251</u>

	31/12/2017			Total
	Consolidado			
	Ensino	Outros Negócios	Parcela não alocada	
RECEITA LÍQUIDA	984.806	60.815	-	1.045.621
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(615.529)	(35.882)	-	(651.411)
LUCRO BRUTO	<u>369.277</u>	<u>24.933</u>	-	<u>394.210</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(78.093)	(4.669)	-	(82.762)
Gerais e administrativas	(104.928)	(27.202)	-	(132.130)
Resultado de equivalência patrimonial Corporativo	-	(404)	-	(404)
Outras despesas operacionais	(220)	91	-	(129)

	31/12/2017			
	Consolidado			
	Ensino	Outros Negócios	Parcela não alocada	Total
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	186.036	(7.251)	(92.612)	86.173
Resultado financeiro	9.079	(671)	-	8.408
Resultado financeiro corporativo	-	-	(46.262)	(46.262)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	195.115	(7.922)	(138.874)	48.319
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	1.301	5.921	29.611	36.833
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	196.416	(2.001)	(109.263)	85.152

A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do grupo, realizadas pela Sociedade.

27. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Receitas financeiras:</u>				
Receita com aplicações financeiras	3.756	1.618	9.048	14.394
Receita com juros de mensalidades	-	-	11.214	11.116
Variação cambial ativa	2	1	792	132
Variação cambial de empréstimos	-	799	-	799
Receita com derivativos	9.511	-	9.511	-
Correção monetária	1.150	247	5.744	7.848
Desconto obtido	16	29	1.493	2.067
Outros	19	-	2.188	1.810
Total	14.454	2.694	39.990	38.166
<u>Despesas financeiras:</u>				
Despesa de juros com empréstimos	(16.283)	(24.509)	(16.514)	(28.782)
Juros de financiamento Pravalor	-	-	(20.221)	(18.178)
Descontos financeiros concedidos a alunos	-	-	(5.405)	(3.117)
Variação cambial de empréstimos	(10.450)	-	(10.450)	-
Despesa com derivativos	-	(12.470)	-	(12.470)
Perda com derivativos	(2.214)	-	(1.647)	-
Variação cambial passiva	(3)	(8)	(802)	(502)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	-	-	(10.824)	(8.325)
Despesa Bancária	(647)	(308)	(670)	(344)
Juros e custos das debêntures	(6.542)	-	(6.542)	-
Outros	(257)	(3.327)	(1.602)	(4.302)
Total	(36.396)	(40.622)	(74.677)	(76.020)
Resultado financeiro	(21.942)	(37.928)	(34.687)	(37.854)

28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Remuneração variável – A Sociedade e suas controladas Brasil, IEDUC, Unimonte e Sociesc possuem um programa que tem por objetivo oferecer remuneração variável à liderança, desde que a instituição alcance suas metas globais e cada liderança atinja suas metas individuais. Não houve pagamento deste benefício para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

Benefício alimentação - A Sociedade e suas controladas oferecem duas opções a seus colaboradores: cartão refeição ou cartão alimentação, à exceção da Faceb que não oferece o benefício e da Sociesc (Boa Vista e Marques de Olinda) que oferece refeição em restaurantes internos, nas demais unidades oferece o cartão refeição. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram gastos com esse benefício R\$ 9.242 (R\$ 9.342 em exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

Plano de saúde e odontológico - A Sociedade e suas controladas oferecem plano de saúde e odontológico aos colaboradores com regime de coparticipação, conforme critérios definidos em suas políticas locais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o gasto foi de R\$10.855 (R\$ 9.753 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

Bolsa de estudo – A Sociedade e suas controladas oferecem a todos os colaboradores bolsas que variam de 50% a 100% de acordo com a faixa salarial, curso escolhido e rendimento escolar e podem ser endossadas para um dependente legal de cada vez. Adicionalmente os cônjuges e filhos podem usufruir de uma bolsa de 50% a 100%, e a Comunidade Ânima (demais familiares dos colaboradores), tem bolsa de 30%. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram disponibilizados R\$26.922 referente à bolsa de estudo aos colaboradores e seus dependentes (R\$19.938 em exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

Auxílio creche – A Sociesc oferece a suas colaboradoras o valor de até 50% do salário mínimo para as colaboradoras com filhos até 1 ano de idade, matriculados em creche particular, a USJT oferece 100% do auxílio creche aos seus empregados.

Previdência privada – A Sociesc oferece aos seus colaboradores plano de previdência privada contratado junto ao Bradesco, com contribuição de até 70%, limitado a 10% do salário do colaborador, com vencimentos acima de R\$ 7 e contribuição de 100% para os colaboradores com vencimentos abaixo de R\$ 7. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram gastos R\$ 500 com esse benefício (R\$325 em exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

Seguro de vida: A HSM Brasil oferece seguro de vida aos seus colaboradores sem nenhuma coparticipação.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade e suas controladas não possuem planos de benefícios pós emprego na modalidade de benefício definido.

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora									
	31/12/2018					31/12/2017				
	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo		Resultado
Contas a receber	Mútuos	Fornecedores	Mútuos	Receitas	Contas a receber	Mútuos	Fornecedores	Mútuos	Receitas	
Brasil	9.476	-	2.105	-	1.125	13.634	-	589	-	2.062
IEDUC	1.693	-	676	-	-	3.910	-	452	-	-
USJT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unimonte	2.761	-	165	1.934	389	3.857	-	406	3.577	713
SOCIESC	19.003	-	-	-	-	-	9.576	-	-	-
Instituto Ânima	-	9.446	-	-	-	-	315	-	-	-
FACEB	662	-	-	-	-	2.954	-	-	-	-
Politécnico	4.587	-	-	-	-	1.717	-	-	-	-
HSM Brasil	485	-	-	-	-	834	-	246	-	-
Outros	-	-	70	7	-	34	-	70	-	-
Total	38.667	9.446	3.016	1.941	1.514	26.940	9.891	1.763	3.577	2.775

	Consolidado								
	31/12/2018				31/12/2017				
	Ativo	Passivo		Resultado	Ativo		Passivo		Resultado
Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Despesas	Contas a receber	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Despesas	
Santa Antonieta Gestão Patrimonial (a)	-	316	10	3.767	-	-	310	9	3.685
Instituto Ânima	9.524	-	-	-	-	333	-	-	-
Virtual	-	-	-	-	36	-	-	-	-
Total	9.524	316	10	3.767	36	333	310	9	3.685

(a) Refere-se ao aluguel do Campus Aimorés utilizado pela Brasil

29.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores estatutários e conselheiros da Sociedade.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo	9.994	4.068	17.444	11.290

29.2 Remuneração baseada em ações

Com o objetivo da permanência do principal executivo da Sociesc, a Sociedade pactuou um contrato de bonificação em ações sujeito ao atingimento de metas financeiras, operacionais, desempenho acadêmico e gestão de pessoas para os próximos cinco anos a partir de 2016, que poderão resultar na bonificação de até 900 mil ações da Sociedade (ANIM3).

As ações outorgadas serão liquidadas exclusivamente com instrumentos patrimoniais (ações da Sociedade) e a Sociedade não possui obrigação de alterar a liquidação para pagamento em dinheiro.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1 Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Sociedade e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- (a) Risco de liquidez – é o risco que a Sociedade e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento.

A Sociedade e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas.

	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	
Em 31 de dezembro de 2018:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 15.)	80.539	170.913	145.345	396.797
Derivativos (nota explicativa nº 30.1 C)	(1.850)	(901)	-	(2.751)
Fornecedores (nota explicativa nº 14.)	30.990	-	-	30.990
Títulos a pagar (nota explicativa nº 20.)	13.330	32.593	53.128	99.051
Em 31 de dezembro de 2017:				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15.)	52.512	114.645	108.661	275.818
Derivativos (nota explicativa nº 30.1 C)	4.941	2.616	-	7.557
Fornecedores (nota explicativa nº 14.)	33.773	-	-	33.773
Títulos a pagar (nota explicativa nº 20.)	11.141	19.130	42.009	72.280

- (b) Risco de crédito – É o risco que a Sociedade e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Sociedade constitui provisão para perda estimada considerada suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas.

- (i) Contas a receber: A Sociedade e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são

procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Em 2016 a Sociedade criou financiamentos através dos programas Ampliar e Pravalor (nota explicativa nº 7.), onde o aluno paga entre 33% e 65% de sua mensalidade e o restante após formado até o dobro do tempo do curso. Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, a Sociedade avaliou a capacidade de recebimento desta carteira e concluiu que a estava subestimando, por este motivo revisamos os percentuais de perda por faixa de atraso. Para a administração da Sociedade, a atual provisão é compatível com as nossas perdas estimadas.

- (ii) Instrumentos financeiros: A Sociedade restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o *rating* da agência Fitch Rating, e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como segue:

	Notas explica- - tivas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	6	75.637	2.992	99.507	33.918
Aplicações financeiras	6	578	-	85.924	81.994
Contas a receber	7	38.667	26.940	174.083	247.030
Adiantamentos diversos	8	1.213	1.367	38.792	42.096
Créditos com partes relacionadas	29	9.446	9.891	9.524	333
Total		125.541	41.190	407.830	405.371

- (c) Risco de mercado - é o risco que a Sociedade e suas controladas possuem, de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio.

- (i) Risco de câmbio - A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas de acordo com o plano anual de negócios da Sociedade previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

A Sociedade realizou operações de empréstimo em dólares norte-americanos, e contratou um *SWAP* para garantir a cotação do dólar, com objetivo de mitigar o risco de variação cambial. Esta operação foi designada como hedge de valor justo. O empréstimo foi ajustado em R\$ 1.153 no mesmo momento em que o valor justo do *SWAP* de variação cambial, ambos reconhecidos no resultado.

Adicionalmente a controlada HSM realiza operações de “compra” de moeda a termo (*NDF – Non Deliverable Forward*), em dólares, cujo objeto de proteção refere-se à contratação de prestadores de serviços em moeda estrangeira altamente prováveis, e essa operação de derivativo é contabilizada no balanço da controlada da Sociedade pelo valor justo e os ganhos ou as perdas relacionadas são reconhecidas imediatamente no resultado financeiro. Em 31 de dezembro de 2018 esta operação está encerrada.

As operações de derivativos possuem os seguintes montantes e condições:

Controladora e Consolidado							
Data de contratação	Data de vencimento	Valor lastreado (USD mil)	Valor (R\$ mil)	Cotação contratada	Ajuste valor justo (R\$mil)	Taxa Contratada	Taxa Swap
Operações SWAP							
26/08/2015	26/08/2020	13.109	49.802	3,5600	2.751	2,788% a.a.	CDI + 1,00% a.a.
Total		<u>13.109</u>	<u>49.802</u>		<u>2.751</u>		
Ativo circulante					(1.850)		
Ativo Não circulante					<u>(901)</u>		
					<u>(2.751)</u>		

A Administração da Sociedade mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados.

- (ii) Risco de juros - A Sociedade possui empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem mudanças nas taxas de juros.

A Sociedade não tem contratos firmados de proteção contra este tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Nota explicativa	Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras:			
Certificado de Depósito Bancário - CDI	6	(85.924)	(81.994)
Empréstimos e financiamentos:			
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	15	381.784	260.399
Derivativos	30.1	(2.751)	7.557
TJLP e TR	15	1.136	2.313
Outros (*)	15	13.877	13.106

	Nota explicativa	Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017
Títulos a pagar:			
INPC	20	36.038	33.308
Média INPC/IGPM/IPCA	20	44.105	21.959
TR	20	14.567	17.013
Média IGPM/IPCA	20	4.341	-
Total		<u>407.173</u>	<u>273.661</u>

(*) Empréstimos e financiamentos sem indexador.

30.2 Gestão de capital

A Sociedade e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Sociedade e de suas controladas. A Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	388.401	251.273	396.797	275.818
Derivativos	30.1	(2.751)	7.557	(2.751)	7.557
Caixa e equivalentes de caixa	6	(75.637)	(2.992)	(99.507)	(33.918)
Aplicações financeiras	6	(578)	-	(85.924)	(81.994)
Dívida líquida		<u>309.435</u>	<u>255.838</u>	<u>208.615</u>	<u>167.463</u>
Patrimônio líquido	22	665.249	696.441	665.249	696.441
Índice de alavancagem financeira		<u>47%</u>	<u>37%</u>	<u>31%</u>	<u>24%</u>

30.3 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:

(a) Valor justo versus valor contábil

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foram identificados que os empréstimos, financiamentos e debêntures possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, devido a tais empréstimos e financiamentos possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

Os valores justos dos empréstimos, financiamentos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos futuros dos empréstimos e financiamentos utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa nº 15.), posteriormente trazendo estes valores a valor presente

utilizando as taxas médias das captações ocorridas no final de cada período, que estão em conformidade com as taxas utilizadas pelo mercado em cada uma das datas e modalidades de captação. A taxa de desconto utilizada nos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 foi de 8,31% (9,16% em 31 de dezembro de 2017).

Os valores justos estimados são como seguem:

		Controladora			
		31/12/2018		31/12/2017	
Nota explicativa		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
<u>Passivos financeiros líquidos</u>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	359.648	388.401	253.754	251.273
Derivativos	30.1	(2.751)	(2.751)	7.557	7.557
Total		<u>356.897</u>	<u>385.650</u>	<u>261.311</u>	<u>258.830</u>

		Consolidado			
		31/12/2018		31/12/2017	
Nota explicativa		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
<u>Passivos financeiros líquidos</u>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	367.698	396.797	279.912	275.818
Derivativos	30.1	(2.751)	(2.751)	7.557	7.557
Títulos a pagar	20	102.775	99.051	72.280	72.280
Total		<u>467.645</u>	<u>493.097</u>	<u>359.749</u>	<u>355.655</u>

(b) Hierarquia do Valor Justo

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade e suas controladas adotaram o nível 2 para os derivativos e para todos os empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar.

30.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros:

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber de clientes					
Contrapartes sem classificação externa de crédito		38.667	26.940	174.083	247.030
		<u>38.667</u>	<u>26.940</u>	<u>174.083</u>	<u>247.030</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) AAA	665	25	13.983	1.740
Aplicações financeiras (i) AAA	75.491	2.924	167.173	107.832
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) AA+	40	36	2.868	3.600
Aplicações financeiras (i) AA+	-	-	1.251	2.592
	<u>76.196</u>	<u>2.985</u>	<u>185.275</u>	<u>115.764</u>

(i) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings.

O Saldo residual da rubrica "caixa e equivalentes a caixa" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

31. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Sociedade e suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI – 6,40%, INPC – 3,43%, IPCA – 3,75%, IGPM – 7,55%, TJLP – 6,72% e TR – 0%.), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

Controladora						
31/12/2018						
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado			
			Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(75.491)	(4.831)	(6.039)	(7.247)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	338.599	21.670	27.088	32.506
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Alta do CDI	49.802	3.187	3.984	4.781
Derivativos	CDI	Alta do CDI	(2.751)	(176)	(220)	(264)
Exposição líquida - perda			<u>310.159</u>	<u>19.850</u>	<u>24.813</u>	<u>29.776</u>
Consolidado						
31/12/2018						
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado			
			Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(168.424)	(10.779)	(13.474)	(16.169)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	345.573	22.117	27.646	33.175
Empréstimos e financiamentos (moeda nacional)	TJLP/TR	Alta da média	1.422	48	60	72
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Alta do CDI	49.802	3.187	3.984	4.781
Derivativos	CDI	Alta do CDI	(2.751)	(176)	(220)	(264)
Títulos a pagar	Média INPC/IGPM/IPCA	Alta da média	44.105	2.166	2.707	3.248
Títulos a pagar	INPC	Alta do INPC	36.037	1.236	1.545	1.854
Títulos a pagar	TR	Alta da TR	14.568	-	-	-

		Consolidado			
		31/12/2018			
		Efeito no resultado			
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	
Indexador	Risco	Valor	provável	possível (25%)	remoto (50%)
Títulos a pagar	Média IGPM/IPCA	4.341	245	307	368
Exposição líquida - perda	Alta da média	324.673	18.044	22.555	27.065

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de "alta dos indexadores", pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no exercício atual por termos mais empréstimos do que aplicações.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

As taxas utilizadas nas projeções descritas acima foram baseadas na estimativa de CDI divulgada pela Cetip, do INPC, IPCA, IGPM divulgados pelo IBGE, TJLP divulgada pela IDG e da TR divulgada pelo BACEN, consideradas pela administração como fontes externas independentes e confiáveis.

Não foi realizada análise de sensibilidade dos impactos da variação do dólar, pois a administração da Sociedade contratou instrumentos de proteção em montante considerado suficiente, para minimizar os impactos da variação cambial.

32. COBERTURA DE SEGUROS (Não auditado)

É política da Sociedade e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade possuía apólices de seguro que estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

33. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Para a correta análise das demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, é necessário que sejam avaliadas as transações abaixo descritas, que não afetaram o caixa:

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram compensados valores de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos com créditos tributários diferidos no valor de R\$684 sem efeito caixa;

- (b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, constituímos provisão para risco no valor de R\$2.763 garantida pelos contratos dos vendedores que preveem o ressarcimento destes valores caso a Sociedade e suas controladas desembolsem algum valor em relação a estes processos;
- (c) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram compensados o montante de R\$ 1.294 das contas de depósito judicial e contingências, reduzindo ambos os saldos sem afetar o caixa.
- (d) Em abril de 2018 foi aprovada a incorporação da empresa Ânima Participações Ltda. pela Sociedade o que gerou a baixa de investimento no valor de R\$842 e uma adição na rubrica de acervo incorporado no grupo do imobilizado no valor de R\$840, sem afetar o caixa.
- (e) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrado na rubrica de dividendos obrigatórios uma redução de R\$14 referente a dividendos prescritos relacionados ao ano de 2014.
- (f) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrado na rubrica de ações em tesouraria uma redução de R\$30.822 referente ao cancelamento de 2.388.556 ações, sem alteração do capital social, devido ao encerramento antecipado do programa de recompra de ações aprovado pelo Conselho de Administração em maio de 2018.
- (g) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrado nas rubricas de investimento o valor de R\$ 2.481, intangível no valor de R\$ 39.370, R\$ 3.242 como earn out e R\$ 4.547 como IR/CS diferido passivo em contrapartida títulos a pagar o montante de R\$ 40.546 referente aquisição da Mantença da Jangada e aquisição da Cesuc e Catalana, aumentando estas contas sem afetar caixa.

A movimentação das atividades de financiamento da controladora e consolidado esta demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Débitos partes relacionadas	Empréstimos e financiamentos	Derivativos	Ações em tesouraria	Dividendos a pagar
Saldo em 31/12/2017	(3.577)	(251.273)	(7.557)	14.213	(20.244)
Fluxo de Caixa	1.636	(103.170)	2.214	32.251	20.214
<u>Varição sem Caixa:</u>					
Varição cambial	-	(10.450)	-	-	-
Varição derivativos	-	-	7.296	-	-
Movimentação MTM	-	(798)	798	-	-
Juros	-	(22.710)	-	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(534)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	14
Reserva de lucros	-	-	-	(30.822)	-
Intangível	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	<u>(1.941)</u>	<u>(388.401)</u>	<u>2.751</u>	<u>15.642</u>	<u>(550)</u>

Consolidado						
	Débitos partes relacionadas	Empréstimos e financiamentos	Derivativos	Títulos a pagar	Ações em tesouraria	Dividendos a pagar
Saldo em 31/12/2017	(9)	(275.817)	(7.557)	(72.280)	14.213	(20.244)
Fluxo de Caixa	(1)	(86.790)	1.647	24.599	32.251	20.214
<u>Varição sem Caixa:</u>						
Varição cambial	-	(10.450)	-	-	-	-
Varição derivativos	-	-	7.296	-	-	-
Movimentação MTM	-	(798)	1.365	-	-	-
Juros	-	(22.942)	-	(5.806)	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	-	(5.018)	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(534)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	14
Reserva de lucros	-	-	-	-	(30.822)	-
Investimento	-	-	-	(2.481)	-	-
Intangível	-	-	-	(39.370)	-	-
Earn out	-	-	-	(3.242)	-	-
IR/CS Diferido	-	-	-	4.547	-	-
Saldo em 31/12/2018	<u>(10)</u>	<u>(396.797)</u>	<u>2.751</u>	<u>(99.051)</u>	<u>15.642</u>	<u>(550)</u>

34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2019.

DIRETORIA

MARCELO BATTISTELLA BUENO
Diretor Presidente

ANDRÉ TAVARES ANDRADE
Diretor Financeiro

RESPONSÁVEL TÉCNICO

MARY AFONSO MOUSINHO
Contadora
CRC/MG 088.391/O-8

ORÇAMENTO DE CAPITAL 2019

O presente Orçamento de Capital, nos termos do artigo 196 da lei nº 6404, visa o planejamento das fontes e das aplicações de recursos financeiros para fazer frente às necessidades de capital da Sociedade ao longo do exercício de 2019, cujo valor proposto é de R\$ 229.309.000,00 (Duzentos e vinte e nove milhões, trezentos e nove mil reais). Será submetido à aprovação da Assembleia Geral e tem a seguinte destinação e origem de recursos:

Aplicação de Capital Prevista:

Empréstimos e Financiamentos de curto prazo	72.331.000,00
Empréstimos e Financiamentos de curto prazo nas Controladas	8.208.000,00
Reserva para pagamento de parte dos Empréstimos e Financiamentos vencíveis em 2020	13.474.567,00
Aquisições de Controladas a pagar	13.330.000,00
Investimentos em Expansão e Manutenção	<u>121.965.433,00</u>
	229.309.000,00

Com relação a Investimentos em Expansão e Manutenção, o orçamento de capital apresentado está substancialmente direcionado a quatro principais grupos de iniciativas: a) investimentos nas estruturas de nossas unidades maduras visando à manutenção da qualidade de nossas instalações; b) mudanças no portfólio de cursos que demandam novas estruturas pedagógicas e laboratoriais; c) plano de expansão nas novas unidades inauguradas em 2018 e 2019 e as instalações pré-operacionais das unidades a serem abertas em 2020; e d) investimentos relacionados a projetos de Transformação Digital, focados sobretudo em alcançar melhorias nos processos de prestação de serviços ao aluno.

Fontes de Recursos Previstas:

- Os lucros retidos no montante de R\$ 229.309.000,00 (Duzentos e vinte e nove milhões, trezentos e nove mil reais), sendo:

Retenção de lucros do exercício	1.604.000,00
Retenção de lucros de exercícios anteriores	258.513.000,00
Dividendos prescritos	14.000,00
(-) Cancelamento de ações ordinárias	<u>(30.822.000,00)</u>
	229.309.000,00

Prazo: até 1 ano

Ânima Holding S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 09.288.252/0001-32

NIRE 35300350430

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Ânima Holding S.A. (“Companhia”), instalado em 19 de outubro de 2018, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou: i) as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018; ii) a Proposta de Distribuição de Resultados do exercício de 2018; e iii) a Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2019. Com base nos exames efetuados e considerando ainda o parecer dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 20 de março de 2019, apresentado sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados por representantes da Companhia, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os referidos documentos e propostas estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 20 de março de 2019.

Carla Alessandra Trematore
Presidente do Conselho Fiscal

Reginaldo Ragucci
Conselheiro

Guillermo Oscar Braunbeck
Conselheiro